

Sistema financeiro

2

2.1 Introdução

A liquidez no sistema financeiro se manteve suficiente em todo o período. A liquidez de curto prazo em moeda nacional aumentou, e a liquidez estrutural (de longo prazo) se manteve essencialmente estável. Por outro lado, o acesso à liquidez em moeda estrangeira se mostrou um pouco mais oneroso, o que causou a redução de parte dos passivos externos. Por fim, a desvalorização cambial ocorrida no período resultou em baixo impacto na liquidez.

O cenário de retração econômica, juros elevados, piora das condições de emprego e redução no nível de confiança dos consumidores e dos empresários começou a se refletir de maneira mais pronunciada nos indicadores de crédito. Para fazer frente a esse cenário, os bancos vêm preservando a cautela na concessão de crédito, renegociando e reestruturando as dívidas dos tomadores e, no caso dos bancos privados, aumentando, de modo significativo, a cobertura de provisões para a inadimplência, concomitante à ativação de créditos tributários durante o semestre.

Análises detalhadas indicam que os créditos a empresas em recuperação judicial apresentam alta proporção de provisionamento, e as empresas expostas à desvalorização cambial têm, em sua maioria, mecanismos mitigadores para os riscos decorrentes da exposição em moeda estrangeira. Entretanto, esses temas seguem sob acompanhamento, dadas as perspectivas macroeconômicas futuras. Também são objetos de acompanhamento os efeitos sobre as instituições do Sistema Financeiro Nacional (SFN) decorrentes do aumento do risco de crédito das empresas investigadas na operação Lava Jato e o comportamento dos setores e respectivas cadeias produtivas mais vulneráveis ao cenário econômico.

As instituições financeiras, em particular as de grande porte, têm mostrado alta capacidade de gerar resultados com prestação de serviços e outros negócios, mesmo no cenário econômico adverso, evidenciando capacidade para absorver novos aumentos nas provisões para crédito, se necessário.

A rentabilidade do sistema bancário aumentou, influenciada por resultados positivos dos bancos privados, com destaque para ajustes nas taxas de concessão, maior diversificação de receitas e resultados não recorrentes. A majoração da alíquota da CSLL das instituições financeiras proporcionou ganhos contábeis com ativação de créditos tributários. Em contrapartida, os bancos aumentaram suas provisões, preparando-se para um cenário adverso, com perspectiva de baixo crescimento das concessões e de novos aumentos da inadimplência.

A solvência do sistema bancário permaneceu estável e segue em patamar elevado no segundo semestre de 2015. Os índices de capital, tanto dos bancos públicos quanto dos privados, permaneceram em níveis superiores aos dos requerimentos regulatórios, o que, associado à avaliação da Razão de Alavancagem (RA)²⁵, confirmam a situação confortável de solvência do sistema. Apesar do aumento no Patrimônio de Referência (PR), houve pequena redução no Índice de Capital Principal (ICP) em razão, principalmente, do aumento do ajuste prudencial correspondente a créditos tributários e de maiores perdas decorrentes de marcação a mercado de títulos disponíveis para venda.

Os testes de estresse de capital mostraram que o sistema bancário brasileiro apresenta adequada capacidade de suportar efeitos de choques decorrentes de cenários

25/ A Circular nº 3.748, de 27 de fevereiro de 2015, estabeleceu a remessa ao BCB de relatório detalhando as informações sobre a apuração da RA a partir de 1º de outubro de 2015, assim como a exigência de publicação no sítio da instituição financeira na internet.

macroeconômicos adversos, bem como de mudanças abruptas nas taxas de juros e de câmbio, na inadimplência ou nos preços dos imóveis residenciais.

Esta edição não contém uma seção específica sobre *shadow banking*, visto que a metodologia aplicada nas estimativas das duas últimas edições encontra-se em revisão no *Financial Stability Board* (FSB)²⁶. De qualquer forma, permanece a avaliação apresentada no box *Shadow Banking no Brasil*, que compõe o REF de março de 2015²⁷, tanto em relação à representatividade das estimativas ampla e estrita quanto em relação às avaliações de riscos. O segmento é essencialmente regulado pelo BCB ou pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que dispõem de ampla gama de informações e continuam aperfeiçoando seus processos de monitoramento e supervisão das entidades e atividades. Os fundos de investimentos respondem pela maior parte dos valores, e os riscos, embora baixos, são principalmente de liquidez e de contágio, inclusive reputacional ou de imagem.

Destaque-se que, para efeito das seções 2.2 Liquidez, 2.4 Rentabilidade e 2.6 Testes de estresse de capital, o escopo das análises é o sistema bancário, aqui constituído pelas instituições Banco Comercial (BC), Banco Múltiplo (BM), Caixa Econômica, Banco de Câmbio e Banco de Investimento (BI) e pelos conglomerados financeiros compostos por ao menos uma dessas modalidades de instituições. Os Bancos de Desenvolvimento não estão contemplados, exceto na seção 2.3 Crédito, na qual as análises envolvem todo o SFN. A seção 2.5 Solvência, por exigência regulatória vigente desde 1º de janeiro de 2015, tem como escopo o conglomerado prudencial.

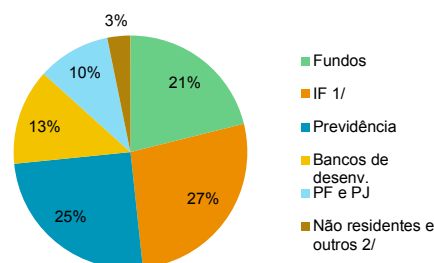
2.2 Liquidez

O aumento do estoque dos ativos líquidos dos bancos e a desaceleração de suas captações – ambos associados ao lento crescimento do crédito – reduziram ainda mais o risco médio de liquidez de curto prazo do sistema

bancário. Já o risco de liquidez estrutural permaneceu em patamar adequado, com as captações estáveis em volume suficiente para financiar os ativos de longo prazo.

O acréscimo de liquidez dos bancos foi investido quase totalmente em Títulos Públicos Federais (TPF). Dessa forma, os bancos absorveram 27% do crescimento no volume de TPF disponíveis no mercado, mantendo sua participação no total do estoque em 21%²⁸. A carteira de TPF em custódia do mercado cresceu R\$299 bilhões no semestre, sobretudo pela incorporação de juros (R\$269 bilhões), atingindo o total de R\$3,5 trilhões²⁹. O restante do crescimento foi absorvido principalmente por Fundos de Investimentos e pelas entidades de Previdência (Gráfico 2.2.1).

Gráfico 2.2.1 – Variação da dívida mobiliária fora do Banco Central
2º sem. de 2015



1/ Inclui fundos consolidados nos conglomerados prudenciais das IFs.
2/ Inclui seguradoras e entidades de capitalização.

[Base de dados](#)

O aumento de R\$79 bilhões nos ativos líquidos detidos pelo sistema bancário elevou sua capacidade de suportar choques de liquidez no curto prazo. Concomitantemente, a estimativa da necessidade de caixa em condições de estresse mostrou-se relativamente estável, com alta de R\$9 bilhões. Esse incremento adveio, principalmente, da ampliação das perdas estimadas com posições sujeitas a oscilações de mercado, consequência do aumento das exposições em dólar e taxa de juros prefixada. Assim, o risco de liquidez de curto prazo continua em patamar confortável, como mostra o Índice de Liquidez (IL)³⁰ agregado do sistema, que avançou no semestre de 1,73 para 1,90 (Gráfico 2.2.2).

26/ Conforme esclarecido pelo FSB em <<http://www.fsb.org/2015/11/transforming-shadow-banking-into-resilient-market-based-finance-an-overview-of-progress/>>, devido a diferenças entre sistemas financeiros nacionais e ao fato de a metodologia permitir julgamento por parte dos supervisores, ela continua em desenvolvimento, e recomendações adicionais deverão ser elaboradas pelo FSB para implementá-las consistentemente nos diferentes países. O BCB e a CVM participam dessas discussões no âmbito do FSB, que adota postura conservadora e busca a uniformização de critérios para avaliação da estimativa estrita do *shadow banking* global.

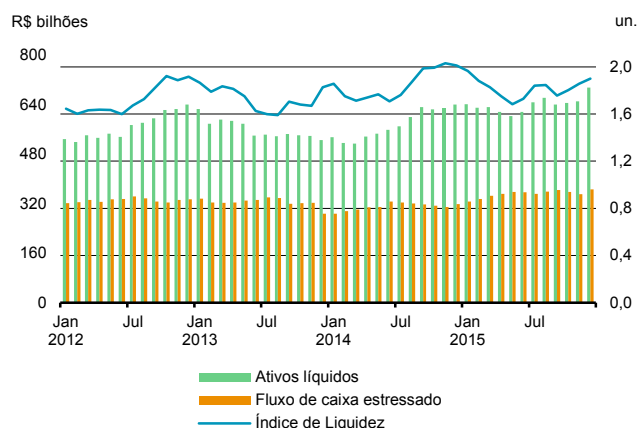
27/ Disponível em <http://www.bcb.gov.br/htms/estabilidade/2015_03/refC6P_1.pdf>.

28/ Este valor se refere ao total detido pelos conglomerados prudenciais e não inclui os bancos de desenvolvimento. Engloba as vendas definitivas do Tesouro Nacional e as vendas com compromisso de recompra pelo Banco Central.

29/ Ver quadros II.6 e II.7 do boletim Indicadores Econômicos Consolidados, disponível em <<http://www.bcb.gov.br/?INDECO>>.

30/ O IL mensura se os bancos possuem ativos líquidos suficientes para cobrir suas necessidades de caixa de curto prazo em cenário de estresse hipotético. Instituições com IL superior a 1 possuem ativos líquidos suficientes para esse cenário. Para detalhes da definição da métrica, ver Conceitos e Metodologias, item a.

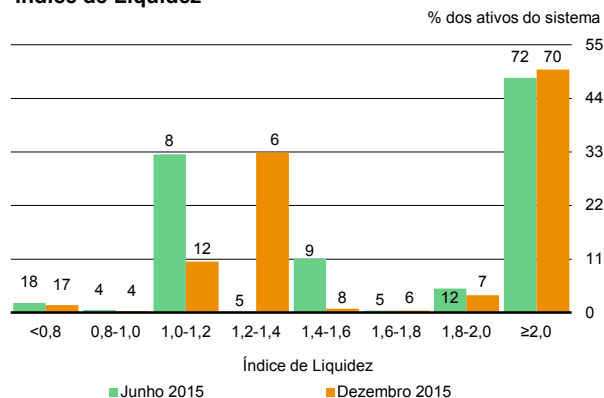
Gráfico 2.2.2 – Índice de Liquidez



[Base de dados](#)

A análise da distribuição individual do risco de liquidez das instituições corrobora o observado na evolução do índice agregado. Índices das instituições de maior porte melhoraram. De fato, a distribuição dos ILs entre as instituições do sistema (Gráfico 2.2.3) aponta que, no segundo semestre, houve aumento de instituições de maior porte do intervalo de IL entre 1,0-1,2 para o intervalo de IL entre 1,2-1,4. Os bancos com IL abaixo de 1 seguem detendo parcela relativamente pequena dos ativos do sistema.

Gráfico 2.2.3 – Distribuição de frequência para o Índice de Liquidez^{1/}



1/ Os valores sobre as barras referem-se ao número de instituições financeiras com Índice de Liquidez pertencente ao intervalo correspondente.

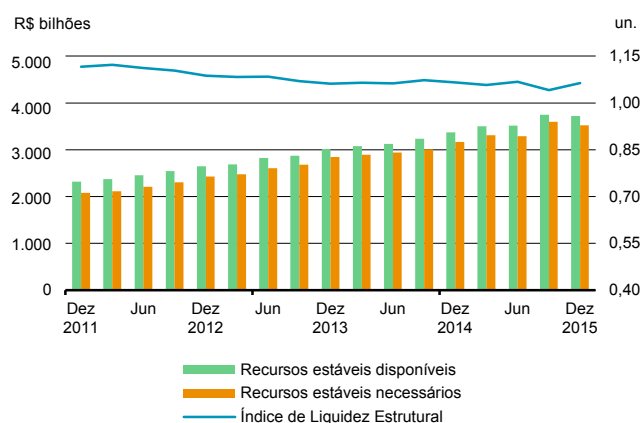
[Base de dados](#)

A capacidade de os bancos financiarem suas operações de longo prazo com fontes de financiamento estáveis mostrou-se constante e em patamar adequado, como demonstrado pelo Índice de Liquidez Estrutural (ILE)³¹.

31/ O ILE tem como objetivo mensurar se os bancos possuem fontes suficientemente estáveis de recursos para financiar suas atividades de longo prazo. Assim, instituições com ILE igual ou superior a 1 são menos suscetíveis a futuros problemas de liquidez. Para detalhes da definição da métrica, ver Conceitos e Metodologias, item b.

O ILE manteve-se praticamente constante no período, encerrando o segundo semestre de 2015 com redução de 0,01 p.p. para 1,06 (Gráfico 2.2.4). O aumento do volume de TPF e a retração real do crédito ampliaram a proporção de ativos líquidos no balanço dos bancos e, por consequência, reduziram a participação dos ativos que devem ser financiados por recursos de longo prazo. Entretanto, essa dinâmica dos ativos foi compensada por desaceleração das captações do sistema bancário e por os passivos terem apresentado leve redução do prazo médio e aumento da participação de recursos externos, este em virtude da desvalorização do real.

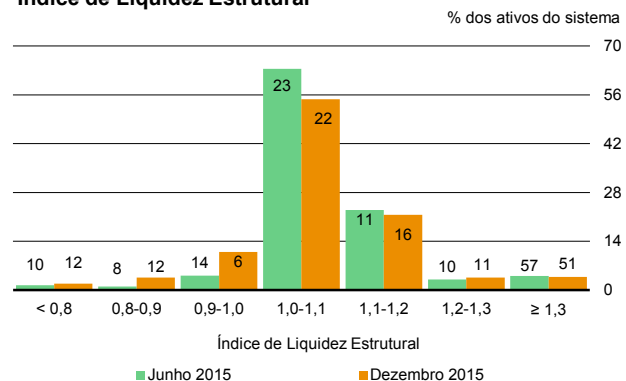
Gráfico 2.2.4 – Índice de Liquidez Estrutural



[Base de dados](#)

Individualmente as instituições apresentaram melhora ou estabilidade do risco de liquidez estrutural. As alterações na dispersão do ILE, sob a ótica da representatividade do valor dos ativos, devem-se a movimentações na fronteira das faixas apresentadas (Gráfico 2.2.5). As instituições financeiras que apresentaram ILE igual ou superior a 1 detinham 84% dos ativos do sistema no encerramento do ano, ante 93% ao fim do primeiro semestre de 2015.

Gráfico 2.2.5 – Distribuição de frequência para o Índice de Liquidez Estrutural^{1/}

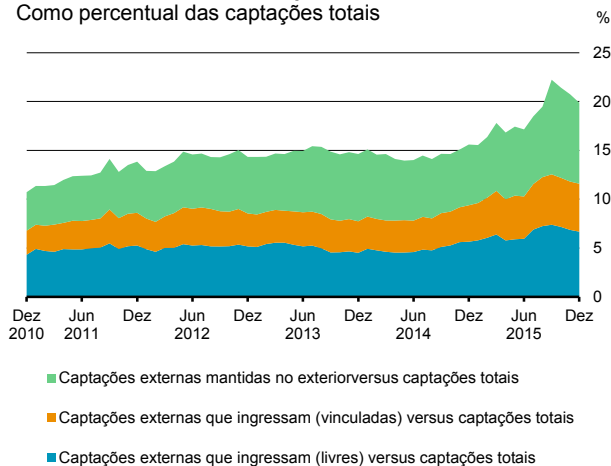


1/ Os valores sobre as barras referem-se ao número de instituições financeiras com Índice de Liquidez Estrutural pertencente ao intervalo correspondente.

[Base de dados](#)

A dependência de *funding* externo continua baixa, apesar do aumento na proporção desses recursos na estrutura de captações do sistema, sobretudo devido à desvalorização cambial e à aquisição de um banco suíço pelo Banco BTG Pactual (Gráfico 2.2.6).

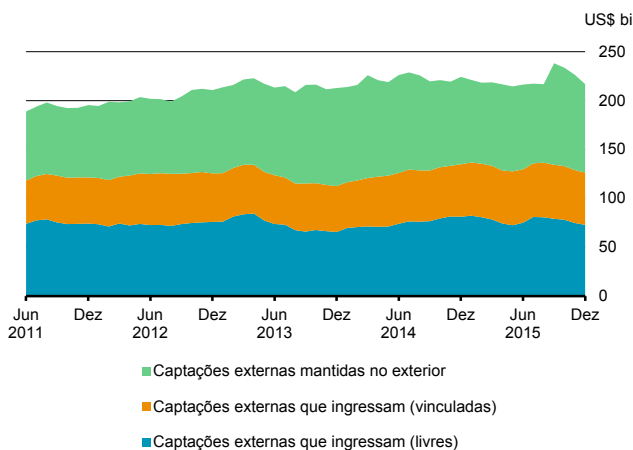
Gráfico 2.2.6 – Perfil das captações externas
Como percentual das captações totais



[Base de dados](#)

A parcela das captações que ingressam livres, de maior risco por natureza, segue relativamente pequena, em aproximadamente US\$70 bilhões (Gráfico 2.2.7).

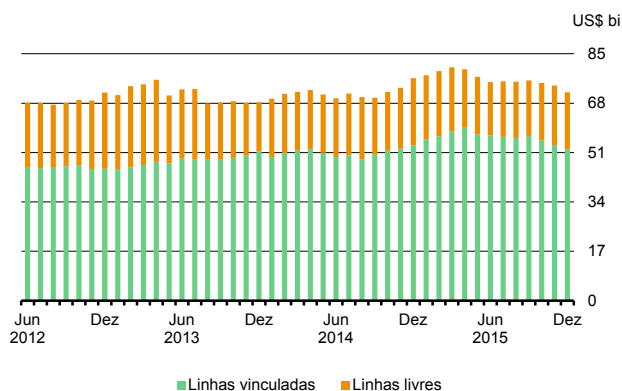
Gráfico 2.2.7 – Perfil das captações externas



[Base de dados](#)

Apesar do contexto de risco limitado, cabe ressaltar o cenário de maior restrição ao acesso a recursos externos, com a redução no volume captado no exterior e o aumento do custo desses recursos. A redução do estoque de linhas desde abril sugere menor demanda devido à desaceleração do comércio internacional (Gráfico 2.2.8). Além disso, o aumento do risco-país (Gráfico 1.2.3) e a redução da liquidez internacional têm-se traduzido em maiores taxas de captação para os bancos brasileiros.

Gráfico 2.2.8 – Linhas de crédito do exterior – Estoque



[Base de dados](#)

2.3 Crédito

O ambiente adverso da economia real começou a se refletir de maneira mais pronunciada nos indicadores de crédito neste último semestre, resultando na manutenção da cautela na concessão de crédito, na baixa demanda por parte dos tomadores - levando ao baixo crescimento da carteira de crédito - e no aumento da inadimplência, da renegociação e da reestruturação das dívidas. Para fazerem frente a esse cenário, as provisões têm-se mantido adequadas, e, no caso dos bancos privados, tem havido aumento significativo na cobertura de provisões para a inadimplência.

A carteira de operações de crédito do sistema financeiro³² continuou a apresentar desaceleração no crescimento, atingindo 6,6% em 2015 (Gráfico 2.3.1). Esse percentual abrange o efeito da desvalorização cambial de 47% no ano, que elevou o estoque em reais das operações referenciadas em moeda estrangeira. Ao se retirar esse efeito, observa-se decréscimo de 2,83% no ano. Por outro ângulo, se descontado a inflação do período, medida pelo IPCA, de 10,7%, haveria retração do estoque de 3,7% em termos reais (Gráfico 2.3.2).

Essa redução no crescimento foi observada tanto nos bancos públicos quanto nos privados. Nos públicos, a carteira de operações de crédito do sistema financeiro encerrou dezembro de 2015 com variação em doze meses de 10,9%, ante 16,7% um ano antes. Nos bancos privados, em que o ritmo de crescimento tem sido inferior ao dos bancos públicos nos últimos três anos, houve acentuada desaceleração no período: a variação em doze meses ficou em 1,6%, ante 5,6% no ano anterior, em termos nominais.

32/ Ver Anexo “Conceitos e Metodologias”

O crescimento real do crédito nos bancos públicos e privados no ano foi de 0,2% e -8,2%, respectivamente.

As diferentes taxas de crescimento entre esses dois segmentos resultaram em novo incremento na participação das instituições públicas nas operações de crédito do sistema financeiro, que atingiu 56,0% em dezembro de 2015, acentuando a participação estatal na oferta de crédito aos agentes da economia real.

Gráfico 2.3.1 – Crescimento nominal anual de crédito – Por controle

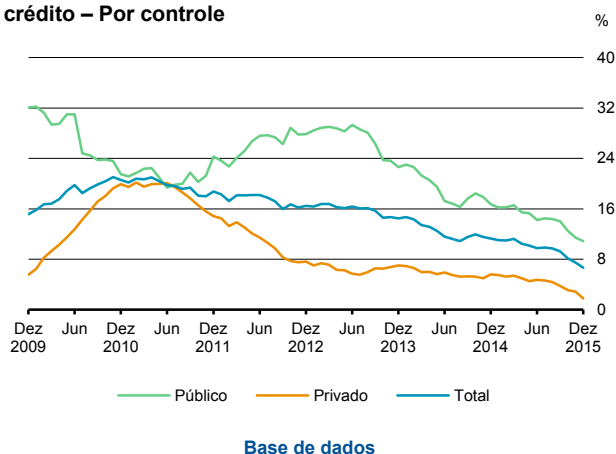
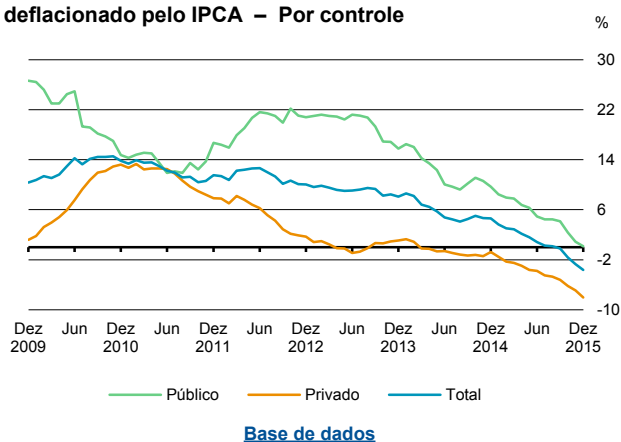


Gráfico 2.3.2 – Crescimento anual de crédito deflacionado pelo IPCA – Por controle

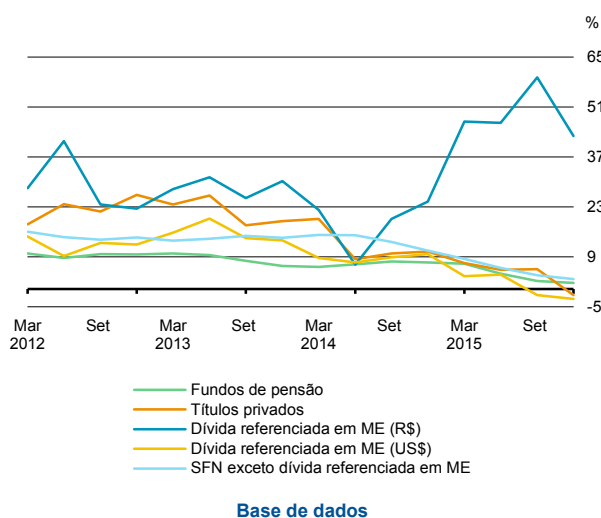


Além das operações de crédito do sistema financeiro, o BCB monitora a evolução do Crédito Amplo, representado pelas operações de crédito do sistema financeiro acrescidas de outras fontes de recursos às famílias e, principalmente, às empresas não financeiras, como mercado de capitais, fundos de pensão, títulos privados e dívida externa. Acompanhar o endividamento dos tomadores de crédito em sentido amplo está diretamente relacionado a avaliação mais precisa e abrangente quanto

à solvência e à capacidade de pagamento e, portanto, aos riscos incorridos pelas instituições do SFN.³³

O crescimento dos demais componentes do Crédito Amplo segue a tendência das operações de crédito do sistema financeiro (Gráfico 2.3.3), sendo que a parcela que apresentou maior aumento em 2015 foi a da dívida referenciada em moeda estrangeira, o que se deve em larga escala à significativa desvalorização do real no ano. Em dólar, essas dívidas apresentam redução no crescimento desde o final de 2013, chegando a retrair-se em 2015. As demais parcelas mostram trajetórias cadentes desde o começo do ano.

Gráfico 2.3.3 – Crescimento anual do crédito amplo



De modo compatível ao cenário de maior risco, as instituições financeiras vinham em um ciclo de aumento dos *spreads* das operações de crédito do sistema financeiro com recursos livres, desde 2014 para as pessoas físicas e do início de 2015 para as pessoas jurídicas. Ao final do segundo semestre, houve, no entanto, relativa estabilidade nesses *spreads*, o que pode indicar que a baixa demanda poderia constituir fator limitante para aumentos adicionais mais significativos (Gráficos 2.3.4 e 2.3.5).

33/ O acompanhamento do Crédito Amplo também é preconizado pelo Comitê de Basileia, o qual propôs a criação de colchão anticíclico de capital inversamente relacionado às taxas de crescimento do crédito. O indicador de referência proposto pelo Comitê de Basileia para decisões acerca do Adicional de Capital Principal Contracíclico em cada jurisdição (ACP_{Contracíclico}) é o hiato de crédito, também referenciado como GAP Crédito/PIB, definido como a diferença entre a razão Crédito Amplo/PIB e sua tendência de longo prazo. Maiores análises acerca do ACP_{Contracíclico} encontram-se discutidas em box específico deste REF (Capítulo 5.2).

Gráfico 2.3.4 – Evolução dos spreads PF
Recursos livres e direcionados

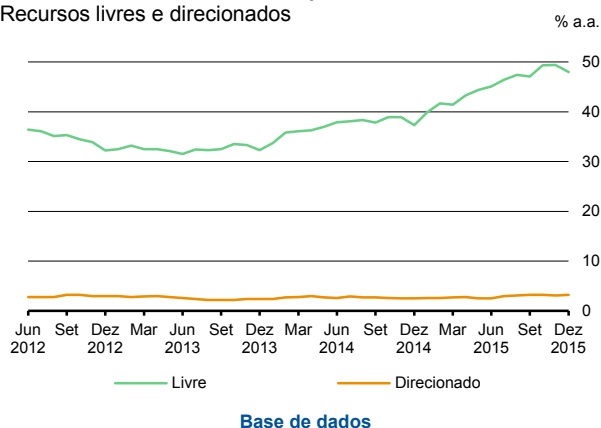
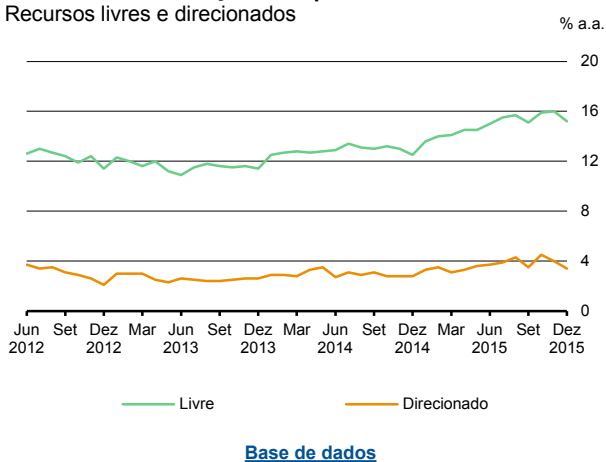
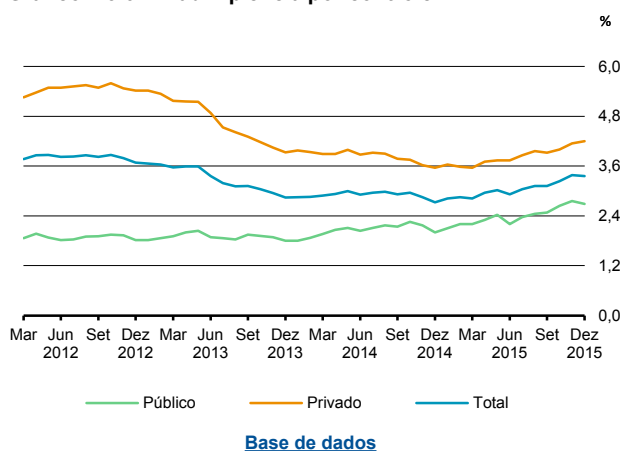


Gráfico 2.3.5 – Evolução dos spreads PJ
Recursos livres e direcionados



Apesar do cenário adverso, a variação da inadimplência das operações de crédito do sistema financeiro não reflete completamente o avanço do risco de crédito, registrando aumento apenas moderado no semestre, chegando a 3,4% em dezembro de 2015, índice 0,5 p.p. superior a dezembro de 2014 (Gráfico 2.3.6).

Gráfico 2.3.6 – Inadimplência por controle



A inadimplência captura mais lentamente as alterações no risco da carteira decorrentes do cenário econômico adverso. Assim, esse risco também é percebido em elementos que tiveram seu uso crescente no semestre, como a realização de campanhas de renegociação e reestruturação de dívidas e a cessão de carteiras de operações inadimplentes sem retenção de riscos.

As renegociações, em sentido amplo, podem ser realizadas tanto seguindo parâmetros normais de mercado em relação a prazos, taxas e demais condições de pagamento, quanto seguindo parâmetros que as instituições financeiras não admitiriam usualmente, mas os aceitam para solucionar eventual redução na capacidade de pagamento do tomador.

Enquadram-se na primeira situação, por exemplo, a recontratação de operações de crédito consignado, com a finalidade de obtenção de recursos adicionais, de alongamento de prazos ou de redução de taxas, desde que em condições normais de mercado. Estas podem ser definidas como renegociações estritamente comerciais.

As reestruturações também são um subconjunto das renegociações em sentido amplo, mas não se confundem com as renegociações estritamente comerciais. Reestruturações são realizadas em situações mais severas, pois o tomador enfrenta dificuldades financeiras evidentes e, em geral, já possui operações em atraso. Para esses tomadores em dificuldade financeira, a instituição financeira admite concessões relativamente às condições de pagamento que não aceitaria em condições normais de mercado, pois o objetivo passa a ser a recuperação do principal.

As renegociações de operações de crédito são informadas pelas instituições financeiras no Sistema de Informações de Crédito (SCR) com base nos termos estabelecidos no art. 8º, parágrafo 3º, da Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999. Essa definição implica que as renegociações informadas no SCR seguem o conceito amplo, incluindo tanto as renegociações estritamente comerciais, quanto as reestruturações.

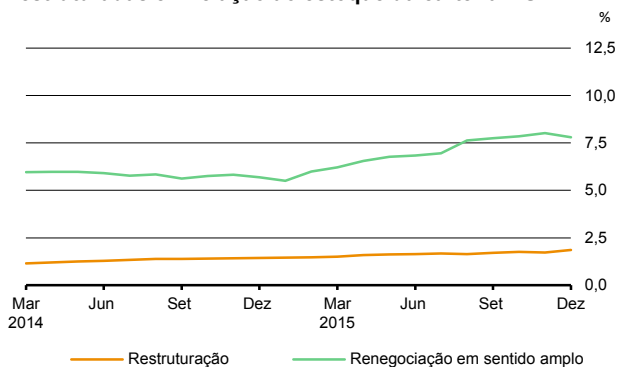
Uma vez que o SCR não diferencia renegociações estritamente comerciais e reestruturações, estas últimas são estimadas por meio de algoritmo interno do BCB, que identifica as operações de crédito vencidas e convertidas em operações a vencer, sem pagamento integral dos valores em atraso (capitalização dos saldos em atraso).

As renegociações em sentido amplo e as reestruturações de crédito aumentaram no SFN ao longo de 2015, principalmente no segundo semestre, tanto no crédito às pessoas físicas quanto às jurídicas, cabendo a estas o aumento mais significativo (Gráficos 2.3.7 a 2.3.9)³⁴. O saldo das operações ativas na carteira de crédito que sofreram renegociação em sentido amplo passou de 6,7% no fim do primeiro semestre para 7,6% em dezembro. Estimativas quanto à representatividade das reestruturações de crédito indicam evolução semelhante à das renegociações em sentido amplo. O saldo das operações reestruturadas evoluiu de 1,6% da carteira em junho para 1,9% em dezembro.³⁵

Para avaliar o impacto das reestruturações no índice de inadimplência, foi considerado um período de cura de 12 meses, ou seja, as operações de crédito que foram objeto de reestruturação são, para fins de monitoramento, adicionadas ao índice de inadimplência durante 12 meses, a contar do mês em que a reestruturação foi realizada. Após esse período, caso a operação não apresente atraso superior a 90 dias e não seja reestruturada novamente, ela deixa de impactar o indicador. Para as operações que são novamente reestruturadas durante o período de cura, a contagem desse prazo é reiniciada. Segundo esses critérios, as operações reestruturadas em período de cura representariam, em dezembro de 2015, o ajuste de 0,7 p.p. ao índice de inadimplência da carteira de crédito do SFN.

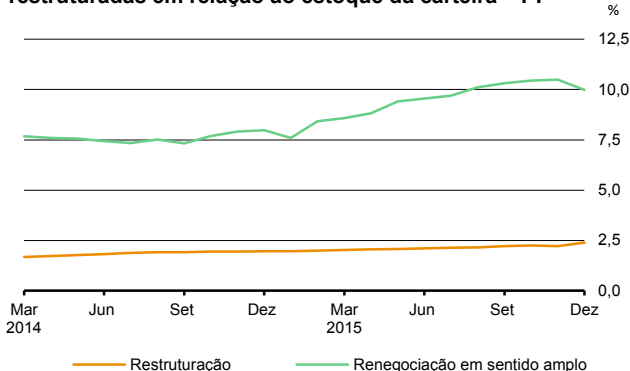
Vale destacar que as renegociações e as reestruturações são práticas comuns em períodos de retração econômica, que aliviam as condições de pagamento dos contratos de crédito dos tomadores e podem reduzir as perdas incorridas pelas instituições financeiras, com efeito anticíclico positivo na economia.

Gráfico 2.3.7 – Estoque de operações renegociadas e reestruturadas em relação ao estoque da carteira – SFN



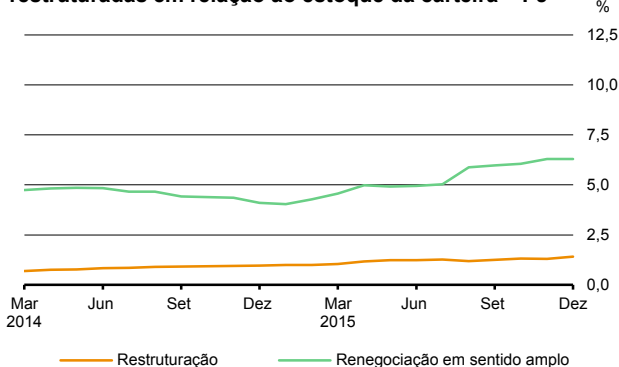
[Base de dados](#)

Gráfico 2.3.8 – Estoque de operações renegociadas e reestruturadas em relação ao estoque da carteira – PF



[Base de dados](#)

Gráfico 2.3.9 – Estoque de operações renegociadas e reestruturadas em relação ao estoque da carteira – PJ



[Base de dados](#)

34/ Os valores exibidos nos gráficos abrangem as renegociações, em sentido amplo, e as reestruturações relativas às operações de crédito do sistema financeiro. Não incluem, portanto, soluções cursadas no mercado de capitais, as quais também são objeto do monitoramento pelo BCB.

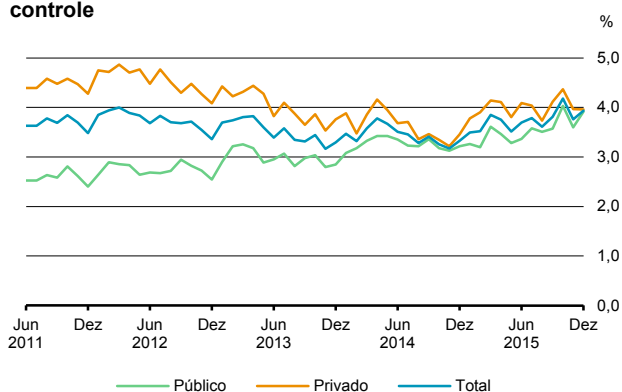
35/ As renegociações informadas pelos bancos no SCR e as reestruturações identificadas pelo algoritmo do BCB não se confundem com os dados divulgados Departamento Econômico na Nota à Imprensa de Política Monetária e Operações de Crédito do SFN e na série 20.575 do Sistema Gerenciador de Séries Temporais (SGS), sob a denominação “Crédito Pessoal não consignado vinculado à renegociação de dívidas”, cuja abrangência refere-se apenas às operações de crédito às pessoas físicas que tenham sido renegociadas agrupando diversos contratos, em prática usualmente referenciada como “composição de dívidas”.

A pré-inadimplência³⁶, que constitui indicador antecedente da inadimplência, registrou tendência de alta no segundo semestre de 2015, ao contrário do observado no mesmo período dos anos anteriores (Gráfico 2.3.10). Tradicionalmente, a pré-inadimplência aumenta no primeiro semestre e recua no segundo. Neste ano, houve leve decréscimo apenas no último bimestre. Esse movimento aponta para provável continuidade de

36/ Créditos com parcelas vencidas entre 15 e 90 dias.

pressão para aumento da inadimplência e continuidade do processo de renegociação de créditos.

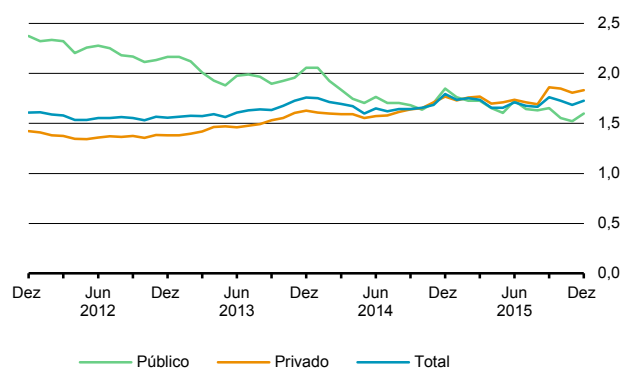
Gráfico 2.3.10 – Pré-inadimplência 15 a 90 dias por controle



[Base de dados](#)

A cobertura da inadimplência por provisões continua adequada, conforme corroborado pelo Índice de Cobertura da Inadimplência (ICI), uma vez que a provisão é, aproximadamente, 81% maior do que a inadimplência nos bancos privados e 56%, nos públicos. Essa diferença se forma ao longo do segundo semestre, quando, principalmente os bancos privados, concomitantemente à ativação de créditos tributários, constituíram reforço no montante de provisões para risco de crédito (Gráfico 2.3.11).

Gráfico 2.3.11 – Índice de cobertura da inadimplência por segmento

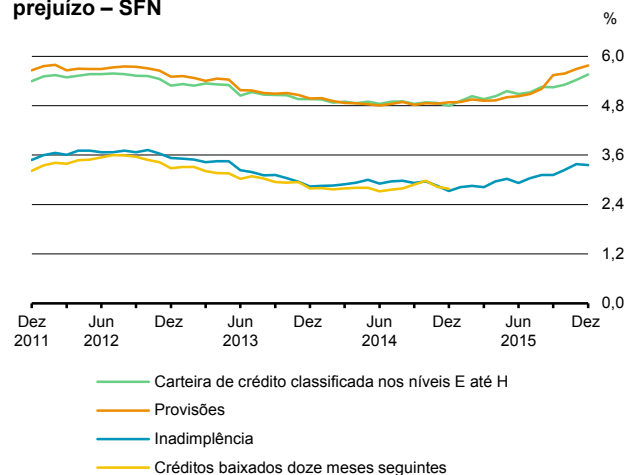


[Base de dados](#)

Em que pesem as diferenças verificadas no ICI, a adequação da cobertura da inadimplência por provisões tanto no segmento de bancos públicos quanto privados permanece, como no semestre anterior, sendo corroborada por outras métricas. Referendam essa avaliação a relação entre as provisões constituídas e os créditos baixados para prejuízo nos doze meses seguintes, ou, especialmente, a manutenção da proporção entre as provisões constituídas e o total da carteira que apresenta maior risco, composta pelas operações de crédito classificadas nos níveis de E a H,

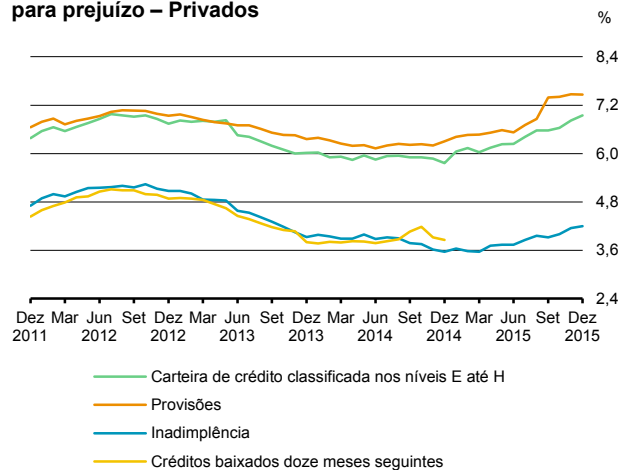
nas quais, inclusive, fica evidenciado o efeito da diferente composição das carteiras de bancos públicos e privados sobre as métricas utilizadas (Gráficos 2.3.12 a 2.3.14).

Gráfico 2.3.12 – Inadimplência, provisões e baixas para prejuízo – SFN



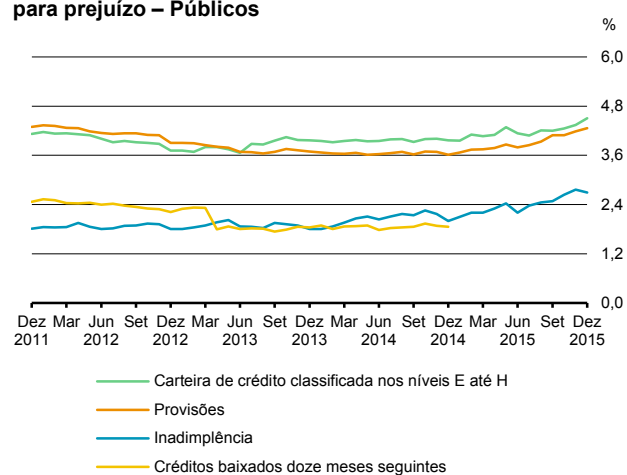
[Base de dados](#)

Gráfico 2.3.13 – Inadimplência, provisões e baixas para prejuízo – Privados



[Base de dados](#)

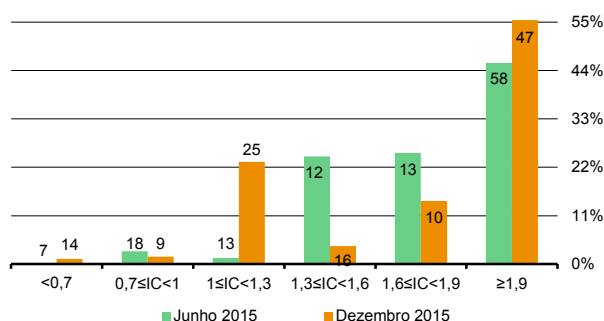
Gráfico 2.3.14 – Inadimplência, provisões e baixas para prejuízo – Públicos



[Base de dados](#)

A análise da dispersão do ICI por instituição financeira evidencia que a maioria das instituições continua a apresentar provisões no mínimo 30% superiores à inadimplência. Esse grupo representa mais de 70% da carteira de operações de crédito do sistema financeiro em dezembro de 2015. Ademais, as instituições financeiras com indicador inferior a 1,0 representam apenas 2,9% do total da carteira de operações de crédito do sistema financeiro (Gráfico 2.3.15). Não obstante, observa-se aumento na faixa de índice de cobertura entre 1 e 1,3 e na faixa de ICI maior ou igual a 1,9. Essas variações refletem os movimentos observados no Gráfico 2.3.11, ou seja, bancos públicos diminuindo e bancos privados aumentando o ICI.

Gráfico 2.3.15 – Distribuição de frequência para o Índice de Cobertura da Inadimplência



Obs.: As barras indicam a representatividade da carteira, e os valores sobre as barras referem-se ao número de instituições financeiras com índice de cobertura naquele intervalo.

[Base de dados](#)

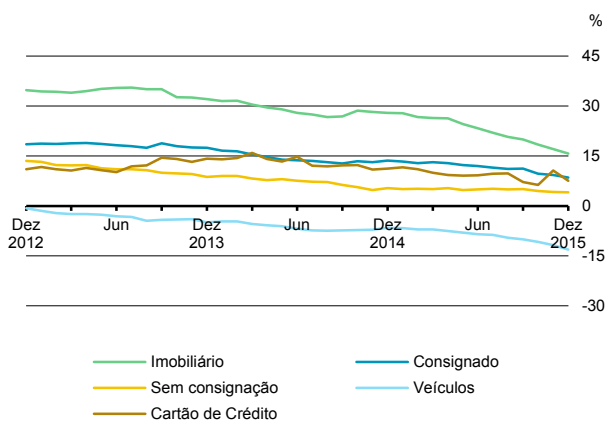
No que se refere ao crédito às pessoas físicas, a desaceleração do crescimento do estoque, que vinha ocorrendo nos últimos anos, intensificou-se no segundo semestre de 2015, consequência do cenário econômico mais adverso, especialmente da baixa confiança dos consumidores e das condições menos favoráveis de emprego e de renda.

A carteira de crédito a pessoas físicas cresceu apenas 6,9% em 2015, após apresentar, por vários anos, taxas de crescimento superiores a 10%. A desaceleração do crescimento ocorreu nas principais modalidades, embora tenha sido mais acentuada nas carteiras de financiamento imobiliário e de financiamento de veículos (Gráfico 2.3.16).

Embora a carteira de financiamento imobiliário tenha permanecido com a maior taxa de crescimento entre as modalidades de crédito às pessoas físicas, superior a 15% a.a., as concessões sofreram expressiva retração, especialmente nas operações contratadas no âmbito do

Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE). Essa retração ocorreu em razão da menor disponibilidade de recursos de poupança, que levou à adoção de políticas de aprovação mais restritivas pelos bancos, em especial pela principal instituição a operar nesse mercado. A queda do volume de concessões foi significativa, mesmo com a alteração das regras sobre depósitos compulsórios de poupança ocorrida no fim do primeiro do semestre de 2015³⁷, que possibilitou a disponibilização de aproximadamente R\$23 bilhões desses recursos para operações de financiamento habitacional, ainda não totalmente utilizados pelos bancos.

Gráfico 2.3.16 – Crescimento anual do crédito



[Base de dados](#)

A inadimplência da carteira de crédito a pessoas físicas aumentou no semestre, reflexo das condições econômicas mais adversas que impactaram a capacidade de pagamento dos tomadores. O aumento da inadimplência foi mais acentuado em cartão de crédito e em crédito pessoal sem consignação, modalidades que são mais sensíveis a pioras no cenário econômico e que já vinham refletindo o maior nível de risco desde o primeiro semestre (Gráfico 2.3.17).

A inadimplência da carteira de crédito imobiliário, apesar de baixa, manteve a tendência de crescimento até novembro, tanto nas linhas de financiamento com taxas reguladas quanto nas de financiamento com taxas de mercado. Contudo, o volume de operações em atraso sofreu queda expressiva em dezembro, decorrente, em grande parte, das renegociações de contratos em atraso

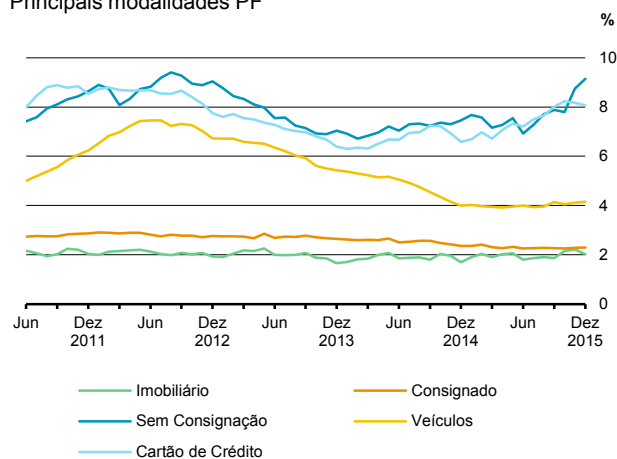
37/ A Circular nº 3.755, de 28 de maio de 2015, reduziu a exigibilidade adicional relativa ao encaixe obrigatório sobre os recursos de depósitos de poupança de 10% para 5,5%. A Circular nº 3.757, de 28 de maio de 2015, aumentou a exigibilidade de encaixe obrigatório sobre recursos de depósitos de poupança de 20% para 24,5% e permitiu que até 18% dessa exigibilidade pudesse ser cumprida com financiamentos para aquisição de imóveis novos e usados no Sistema Financeiro da Habitação (SFH), contratados a partir de 1º de junho de 2015.

que são realizadas com mais intensidade no último mês do semestre, principalmente pelos bancos públicos.

A carteira de financiamento de veículos apresentou pequeno crescimento na inadimplência nos últimos meses, após ter permanecido estável ao longo do primeiro semestre. Esse crescimento confirma a reversão do ciclo de crédito nessa carteira, que vinha apresentando redução contínua no volume de operações em atraso, desde 2012.

A carteira de crédito consignado em folha de pagamento foi a única em que a inadimplência permaneceu estável no semestre, pois essa modalidade é menos sensível às condições econômicas, especialmente quanto ao nível de emprego, pois 62% da carteira são empréstimos consignados para servidores públicos. Entretanto, as recentes alterações legais³⁸, que permitiram aumento do percentual máximo de margem consignável e extensão dos prazos máximos de pagamento das operações com aposentados e com servidores públicos de diversas esferas do governo, aliada ao fato de não se encontrarem evidências de que esses créditos foram utilizados para pagamento de dívidas mais caras, recomendam monitorar o nível de endividamento e do comprometimento de renda desses tomadores no médio prazo.

Gráfico 2.3.17 – Inadimplência
Principais modalidades PF



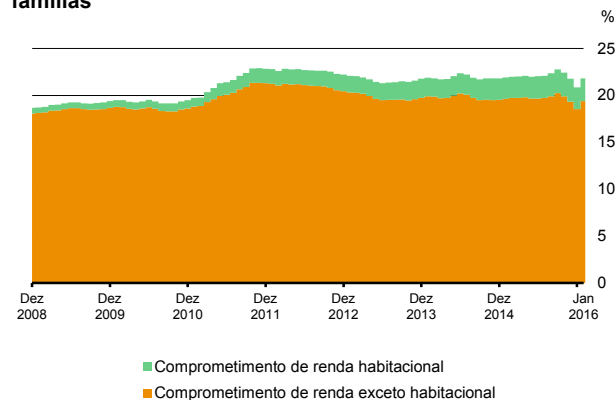
[Base de dados](#)

38/ Para os empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, os beneficiários de Planos de Benefícios de Previdência Social e os servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, a Medida Provisória nº 681, de 10 de julho de 2015, convertida na Lei nº 13.172, de 21 de outubro de 2015, elevou a margem consignável de 30% para 35%, sendo 5% destinados exclusivamente para despesas e saques em cartão de crédito. Para os servidores públicos civis e militares, ativos, inativos, reformados e pensionistas do Estado de São Paulo, o Decreto nº 61.470, de 2 de julho de 2015, aumentou a margem consignável de 30% para 40% e estendeu o prazo máximo de pagamento para 96 meses. Para os servidores da Prefeitura do Rio de Janeiro, o Decreto nº 41.201, de 8 de janeiro de 2016, estabeleceu em 30% a margem consignável e em 120 meses o prazo máximo de pagamento.

Em linha com o cenário econômico mais adverso, o Comprometimento de Renda das Famílias (CRF)³⁹ apresentou tendência de crescimento até setembro, mês em que o indicador acumulou crescimento de 1,0 p.p. em relação ao fim de 2014, indicando piora na capacidade de pagamento das famílias (Gráfico 2.3.18)⁴⁰. A oscilação observada a partir do último trimestre de 2015 é consequência de movimentação atípica observada na renda das famílias.

O aumento do CRF até setembro é consequência do crescimento menor da renda, do aumento das taxas de juros, que impactou o serviço da dívida, e da maior participação das dívidas mais onerosas no endividamento total, como cheque especial e cartão de crédito rotativo. Esses efeitos foram compensados, em parte, pelo baixo crescimento da carteira de crédito.

Gráfico 2.3.18 – Comprometimento de renda das famílias



[Base de dados](#)

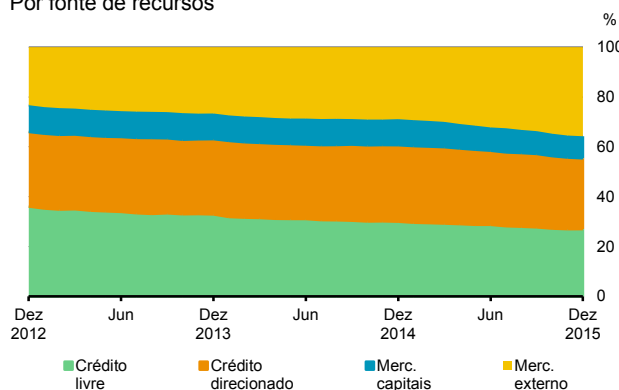
Quanto às perspectivas para o mercado de crédito à pessoa física para os próximos meses, a Pesquisa Trimestral de Condições de Crédito no Brasil (PTCC) de dezembro de 2015, realizada pelo BCB, indica continuidade nas condições restritivas de oferta e demanda de crédito, tanto na carteira de financiamento habitacional quanto na carteira de crédito de consumo. Esse arrefecimento é motivado principalmente pela piora nas condições de emprego, pelo maior comprometimento de renda dos tomadores de crédito, pelo aumento da inadimplência, pelo menor nível de tolerância ao risco e pela queda na confiança dos consumidores. No crédito habitacional, a oferta e a demanda também são impactadas pela maior taxa de juros e pela menor disponibilidade de *funding*.

39/ Sistema Gerenciador de Séries Temporais (SGS) – Séries nº 19.881 e nº 20.399.

40/ Os dados de janeiro de 2016 são preliminares.

No que se refere às pessoas jurídicas, houve baixo crescimento da carteira em todas as fontes de recursos⁴¹. O ganho de participação das fontes do mercado externo, as quais passaram de 32,2% em junho de 2015 para 35,8% em dezembro de 2015 no total do crédito amplo destinado às pessoas jurídicas (Gráfico 2.3.19), decorre apenas da desvalorização cambial do período, uma vez que esse tipo de endividamento, quando mensurado em moeda estrangeira, apresentou redução.

Gráfico 2.3.19 – Participação no Endividamento PJ
Por fonte de recursos



[Base de dados](#)

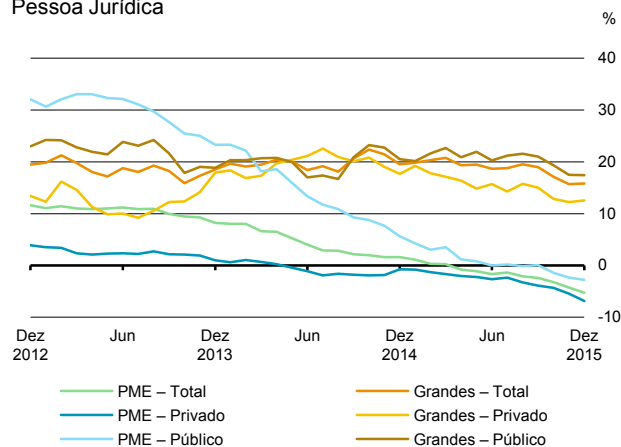
Em relação as operações de crédito do sistema financeiro observa-se queda do crescimento anual da carteira para todos os portes de empresas, em especial para as Pequenas e Médias Empresas (PMEs)⁴², que apresentam retração em termos nominais, tanto nos bancos públicos, quanto nos privados (Gráfico 2.3.20). Os bancos privados aprofundaram a retração anual do estoque de crédito para as PMEs, tendência presente desde maio de 2014, alcançando o decréscimo anual de 6,8% em dezembro de 2015; os bancos públicos passam a apresentar redução de crescimento a partir do último trimestre de 2015, encerrando o ano com redução do estoque de crédito de 2,8%.

A carteira de crédito para as empresas de grande porte ainda apresenta crescimento nominal anual de 15,8%, mas com tendência de queda. Nos bancos privados, houve uma queda mais aprofundada do crescimento anual do estoque de crédito, de 15,7%, em junho de 2015, para 12,6%, em

dezembro. No caso dos bancos públicos, o crescimento anual ainda foi elevado, encerrando o ano em 17,5%.

As taxas de crescimento da carteira de crédito das empresas de grande porte foram, no segundo semestre, infladas pela desvalorização cambial ocorrida no período. Isolando esse efeito, as taxas de crescimento seriam de 8,7% no total do SFN, 5,7% nos bancos privados e 10,3% nos públicos. Parte relevante da diferença entre os dois segmentos advém do crescimento do estoque de crédito concedido a entes estatais pelos bancos públicos, o que evidencia a dificuldade de crescimento do crédito ao setor privado, mesmo para empresas de grande porte, independentemente do tipo de banco.

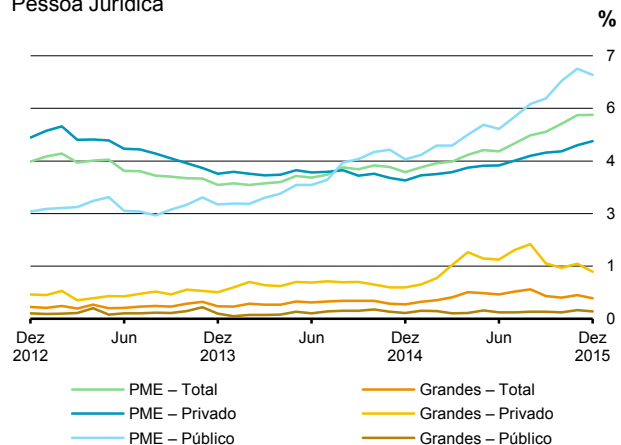
Gráfico 2.3.20 – Crescimento anual do crédito
Pessoa Jurídica



[Base de dados](#)

A inadimplência das PMEs nos bancos públicos consolidou a tendência de alta e atingiu o maior valor da série histórica no segundo semestre de 2015, chegando a 6,7% em novembro de 2015. Nos bancos privados, também se observa crescimento da inadimplência nesse segmento, que, embora em menor grau (Gráfico 2.3.21), alcançou valor mais alto desde maio de 2013.

Gráfico 2.3.21 – Inadimplência
Pessoa Jurídica



[Base de dados](#)

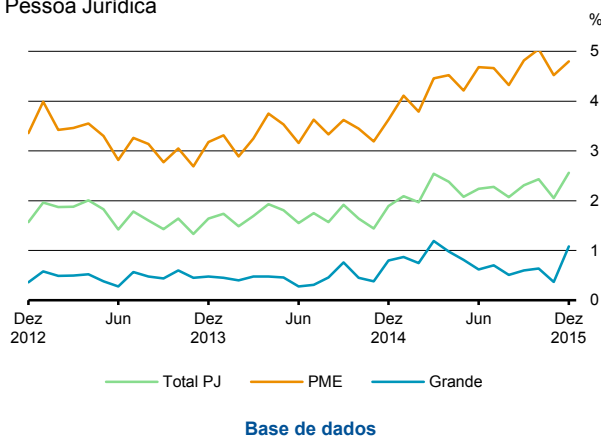
41/ No endividamento pessoa jurídica, são considerados as operações de crédito do sistema financeiro (livre e direcionado), o mercado de capitais (debêntures e notas promissórias) e a dívida externa.

42/ A segregação por porte utilizou como *proxy* o valor devido em operações de crédito do sistema financeiro. As PMEs são aquelas cujas dívidas são inferiores a R\$ 100 milhões, e as grandes, as com dívidas iguais ou superiores a R\$ 100 milhões.

Nas empresas de grande porte, houve leve redução da inadimplência ao longo do último semestre de 2015, especialmente pela redução da inadimplência nos bancos privados, de 1,6% para 1,3% entre junho e dezembro de 2015, respectivamente. Essa redução advém, no entanto, principalmente de um único acordo de dívida que foi convertido em participação no capital da empresa. Conversões de empréstimos e financiamentos em debêntures ou participações no capital são instrumentos usualmente utilizados para resolução de créditos problemáticos que envolvem grandes empresas e, dado o cenário atual, essas práticas vêm sendo monitoradas pelo BCB.

A pré-inadimplência subiu ao longo dos últimos 6 meses de 2015, em ambos os portes de empresa, com maior impacto para as PMEs (Gráfico 2.3.22), sendo que o maior valor histórico da série ocorreu em outubro de 2015, 5,04%. Tal crescimento indica provável aumento da inadimplência no próximo semestre e/ou continuidade do ciclo de renegociações de créditos (ver Gráfico 2.3.9).

Gráfico 2.3.22 – Pré-Inadimplência 15 a 90 dias
Pessoa Jurídica

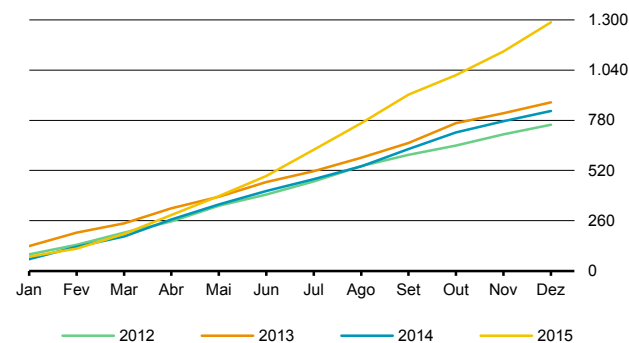


O cenário econômico adverso vem se refletindo também nos indicadores econômico-financeiros das empresas. Para as companhias abertas, a mediana e as principais medidas de distribuição dos indicadores de rentabilidade e capacidade de pagamento apresentaram deterioração relevante durante 2015, causada pela queda de lucros e aumento das despesas financeiras e do endividamento líquido, ante a relativa estabilidade da geração operacional de caixa das empresas⁴³.

43/ Com base nos dados das demonstrações-financeiras das empresas brasileiras de capital aberto, obtidos na base de dados Econômica, foram analisados os valores médios, medianos e quartis, em cada trimestre, de dezembro de 2005 a setembro de 2015, dos principais indicadores de rentabilidade e solvência empresarial: retorno sobre patrimônio líquido, relação entre dívida líquida e EBITDA (*earnings before interest, taxes, depreciation and amortization*) e relação entre EBITDA e despesa financeira bruta.

Outro ponto de atenção é o crescimento do número de companhias em recuperação judicial (Gráfico 2.3.23), movimento que ocorre em todos os portes de empresas. Embora haja significativo incremento na quantidade de empresas que recorrem a esse instrumento legal, levantamento realizado indica que, em dezembro de 2015, a dívida dessas empresas representava menos de 1% da carteira de operações de crédito do sistema financeiro, estando em torno de 60% provisionada.

Gráfico 2.3.23 – Empresas em recuperação judicial
Requerimentos acumulados por ano



[Base de dados](#)

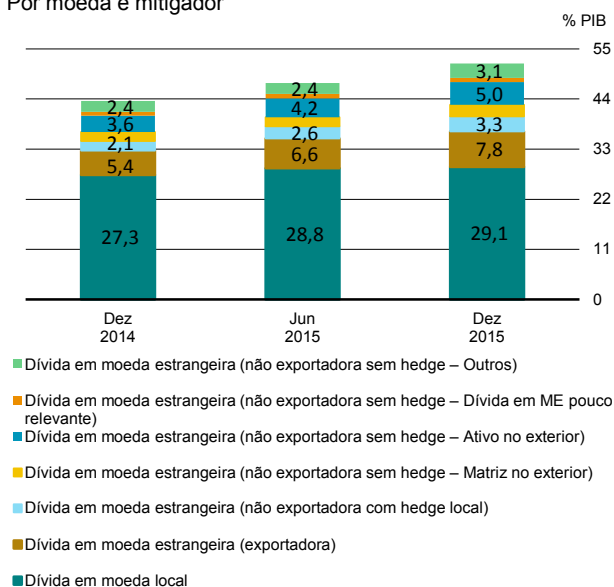
A relevância da dívida em moeda estrangeira tem sido objeto de contínuo monitoramento pelo BCB, principalmente no que se refere aos impactos da desvalorização cambial na capacidade de pagamento das empresas.

Pelo levantamento realizado, parte significativa da dívida vinculada a moeda estrangeira possui elementos mitigadores para o risco: há parcela relevante referente a empresas exportadoras, que possuem *hedge* natural relativo à sua atividade operacional, há companhias que utilizam o mercado de derivativos local para proteger suas exposições, há corporações que pertencem a grupos econômicos com sede no exterior, o que aumentaria a possibilidade de suporte financeiro intragrupo, há firmas com ativos no exterior em montante relevante, que poderiam compensar ou justificar economicamente a exposição em moeda estrangeira, e, ainda, há companhias que, apesar de não enquadradas nos casos anteriores, possuem dívidas em moeda estrangeira com baixa relevância perante o endividamento total.

Assim, apesar da relevância da dívida em moeda estrangeira na dívida total das pessoas jurídicas, o grupo de devedores que não possui proteção cambial

relevante e conhecida⁴⁴ é restrito. A exposição dessas empresas, em moeda estrangeira e sem mecanismos de proteção identificados, aumentou de 2,4% do PIB em junho de 2015 para 3,1% em dezembro de 2015 (Gráfico 2.3.24), refletindo essencialmente a desvalorização do real no período. Para tal grupo de companhias, ainda que até o momento não se tenha detectado aumento relevante da inadimplência, trata-se de situação continuamente monitorada.

Gráfico 2.3.24 – Dívida das empresas não financeiras
Por moeda e mitigador



[Base de dados](#)

Para o universo das empresas não financeiras, a Pesquisa Trimestral de Condições de Crédito no Brasil (PTCC) indica expectativa de oferta menor de crédito para as grandes empresas nos próximos meses, em razão das condições gerais da economia doméstica, das condições específicas da indústria/setor ou empresa e da percepção de risco de cada cliente. No caso das micro, pequenas e médias empresas, os níveis de inadimplência e de tolerância ao risco, aliados às condições específicas dos

clientes, continuam sendo os principais limitadores à oferta de crédito. Do ponto de vista da demanda, o principal fator de impacto para a tomada de crédito das grandes empresas é a redução da necessidade de investimento em capacidade instalada e, para as micro, pequenas e médias empresas, também o aumento na taxa de juros.

Em suma, a redução da atividade econômica e a deterioração na capacidade de pagamento das famílias e das empresas indica aumento do risco de crédito no SFN, refletindo-se no aumento da inadimplência, das renegociações e das reestruturações e no fraco crescimento do crédito. Os destaques positivos no que concerne à estabilidade financeira seguem sendo a alta resistência das instituições do SFN à deterioração econômica, tanto pelo seu grau de provisionamento para os riscos de crédito, quanto pelos reforços nas provisões realizados pelas instituições privadas. Ademais, as instituições financeiras têm mostrado capacidade para absorver novos aumentos nas provisões para crédito, se necessário.

Os créditos a empresas em recuperação judicial apresentam alta proporção de provisionamento e as empresas expostas à desvalorização cambial têm, em sua maioria, mecanismos mitigadores para os riscos decorrentes da exposição em moeda estrangeira. Seguem como fatores de atenção contínua os efeitos nas instituições do SFN decorrentes do aumento do risco de crédito das empresas investigadas na operação Lava Jato, bem como os setores e respectivas cadeias produtivas mais vulneráveis ao cenário econômico.

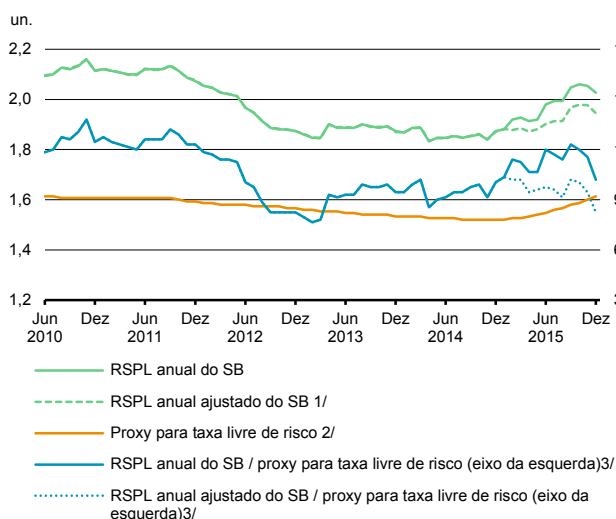
2.4 Rentabilidade

O Retorno sobre o Patrimônio Líquido (RSPL) do sistema bancário alcançou 15,4% a.a. em dezembro de 2015, alta de 0,6 p.p. em relação a junho. Os bancos privados foram os principais responsáveis por esse aumento, já que houve estabilidade nos resultados dos bancos públicos. Mesmo com esse aumento, o RSPL do sistema diminuiu sua margem em relação à *proxy* para taxa livre risco, principalmente se desconsiderados resultados não recorrentes⁴⁵ (Gráficos 2.4.1 e 2.4.2).

44/ Para detalhes sobre os conceitos utilizados para definir cada grupo de empresas com exposição em moeda estrangeira, ver box Evolução do Endividamento das Empresas não Financeiras após a Crise Internacional de 2008, do REF de setembro de 2014. Na análise aqui conduzida, alguns avanços metodológicos foram implementados para a definição de cada grupo de empresas, sendo os principais: (i) considerar uma empresa como sem *hedge* se não é exportadora e se o percentual da dívida em moeda estrangeira menos a dívida vinculada à exportação menos a posição comprada em derivativo cambial no mercado doméstico é maior que 20% da dívida em moeda estrangeira não vinculada à exportação; (ii) separar as empresas com dívida em moeda estrangeira, não exportadoras, sem *hedge*, sem matriz ou ativos no exterior em dois grupos, a saber: “Dívida em moeda estrangeira (não exportadora sem *hedge* – dívida em ME pouco relevante)”, caso a dívida em moeda estrangeira da empresa não ultrapasse ¼ da dívida total, e “Dívida em moeda estrangeira (não exportadora sem *hedge* – outros), caso contrário.

45/ Em novembro de 2014, o Banco do Brasil e a Cielo fundaram uma empresa de cartões. Essa operação societária gerou acréscimo de R\$3,2 bilhões ao lucro líquido (LL) do sistema bancário no primeiro trimestre de 2015. Além disso, o Banco Santander obteve decisão favorável no Superior Tribunal Federal (STF) a respeito de cobrança de Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) incidente sobre instituições financeiras e, assim, reverteu provisões para contingências fiscais no valor de R\$ 4,8 bilhões. O banco realizou reforço de provisões para crédito de liquidação duvidosa de R\$ 1,6 bilhão, resultando em lucro líquido não recorrente de R\$ 3,2 bilhões em junho de 2015.

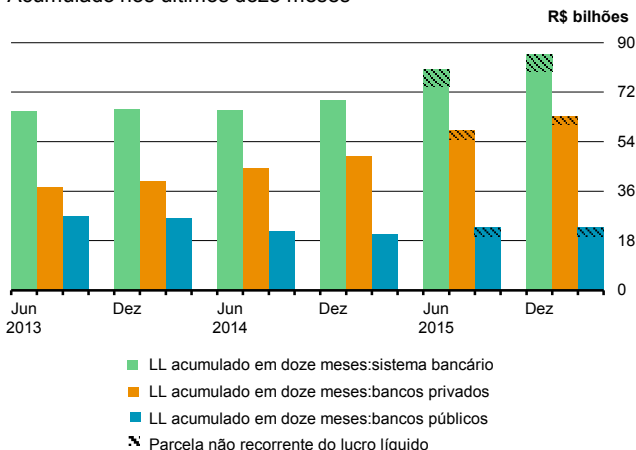
Gráfico 2.4.1 – Retorno sobre o patrimônio líquido anual^{1/2/}
Acumulado nos últimos doze meses



1/ Desconsidera resultados não recorrentes.
2/ Para efeito de comparação com o RSPL, utilizou-se como proxy para taxa livre de risco a média anual da Selic acumulada nos últimos 36 meses, multiplicada por 0,85 para minimizar efeitos tributários. O prazo de 36 meses foi definido com base no prazo médio da carteira de crédito, principal fonte de receita do sistema bancário.
3/ SB = Sistema Bancário

[Base de dados](#)

Gráfico 2.4.2 – Lucro líquido anual por controle acionário
Acumulado nos últimos doze meses



[Base de dados](#)

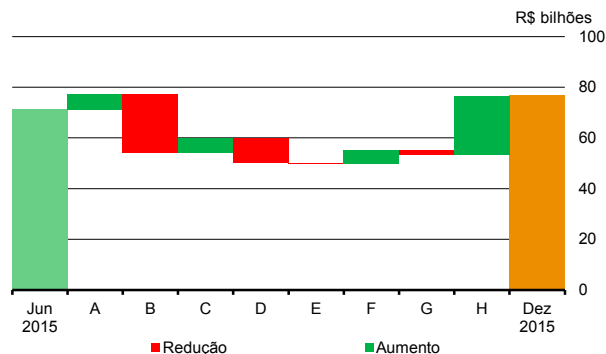
No segundo semestre, a majoração da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) das instituições financeiras⁴⁶ possibilitou a ativação de créditos tributários, com efeitos diretos no lucro líquido (LL) contábil. Em contrapartida, preparando-se para cenários mais adversos, as instituições constituíram provisões complementares, atenuando o efeito no LL.

Mesmo com a fraca demanda por crédito, houve pequena melhora no resultado de intermediação bruto, impulsionado pelas receitas com títulos. Receitas referentes a tarifas

46/ A Medida Provisória nº 675, de 21 de maio de 2015, convertida na Lei nº 13.169, de 6 de outubro de 2015, elevou a alíquota da CSLL das instituições financeiras de 15% para 20% vigorando até 2018. A partir de 1º de janeiro de 2019, a CSLL retornará ao patamar de 15%.

bancárias, seguros, cartões e serviços diversos também contribuíram para aumento no LL, alterando o mix na composição dos resultados. Nesse cenário, o incremento da eficiência tem sido relevante para a manutenção dos índices de rentabilidade dos bancos nos últimos anos. Porém, após período de crescimento das despesas administrativas abaixo da inflação e forte crescimento de serviços, há menos espaço para ganhos adicionais, com os bancos já demonstrando ligeira redução na eficiência operacional (Gráficos 2.4.3 e 2.4.4).

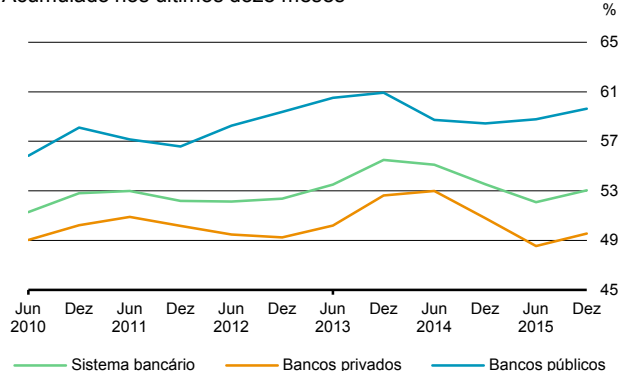
Gráfico 2.4.3 – Variação do lucro líquido
Acumulado nos últimos doze meses



A: Resultado de intermediação financeira
B: Despesas com provisões
C: Receita de serviços
D: Despesas administrativas
E: Despesas tributárias
F: Resultado de participação societária
G: Outros resultados operacionais e não operacionais
H: IR/CSLL líquido

[Base de dados](#)

Gráfico 2.4.4 – Índice de eficiência ex RPCLD^{3/}
Acumulado nos últimos doze meses



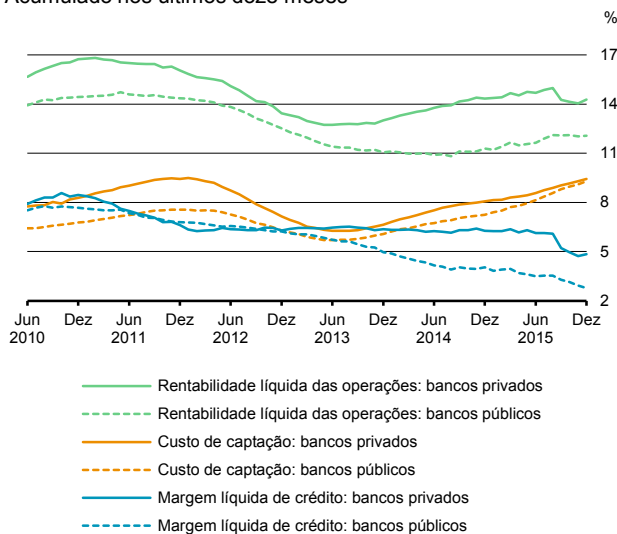
3/ Relação entre despesas administrativas, receitas de serviços e resultado de intermediação financeira bruto (desconsiderado o Resultado de Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (RPCLD)). Quanto menor o índice, melhor.

[Base de dados](#)

Nas operações de crédito, as taxas de concessão subiram, refletindo a Selic média mais alta e a nova precificação das operações em decorrência do ambiente de maior risco. Porém, o aumento dos custos de captação e, principalmente, das despesas com provisões, pressionaram as margens para baixo.

As condições econômicas e a queda da demanda por crédito reduzem o espaço para o repasse desses custos às taxas de concessão. No caso dos bancos públicos, por possuírem maior participação de operações direcionadas em suas carteiras de crédito (que, tipicamente, possuem prazos médios mais longos), o repasse às taxas de crédito é ainda mais dificultado, o que provoca maior pressão sobre as margens. Já no dos privados, além da maior flexibilidade no gerenciamento de taxas de concessão, segue a tendência de direcionamento das concessões para operações de menores risco e rentabilidade.

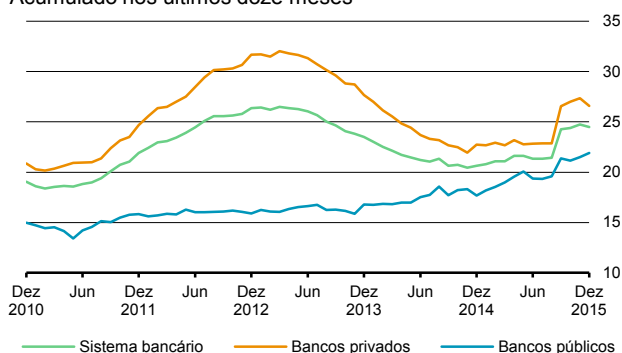
Gráfico 2.4.5 – Margem de crédito, por controle acionário
Acumulado nos últimos doze meses



[Base de dados](#)

O aumento da inadimplência acarretou crescimento das despesas com provisões, que equivaleram a quase um quarto das rendas de crédito ao final de 2015 (Gráfico 2.4.6). Assim, o resultado líquido de intermediação financeira atingiu R\$163,1 bilhões em dezembro, redução de 9,8% no semestre, apresentando queda tanto nos públicos como nos privados, com tendência de baixa para os próximos períodos.

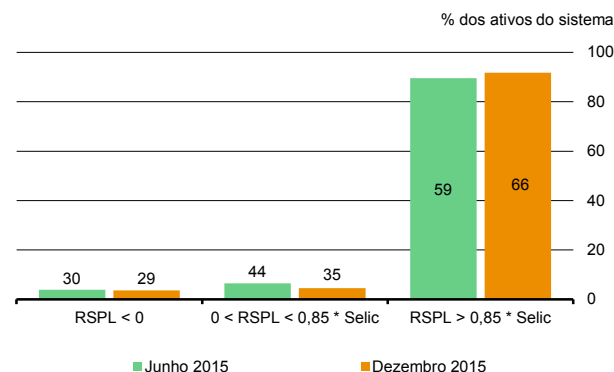
Gráfico 2.4.6 – Comprometimento das rendas de crédito com provisões
Acumulado nos últimos doze meses



[Base de dados](#)

A redução da atividade econômica, associada ao aumento da competição bancária impõe desafios adicionais aos bancos de menor porte. Ainda assim, a quantidade de instituições com prejuízo acumulado em doze meses mostrou-se estável, demonstrando a resiliência do sistema bancário (Gráfico 2.4.7).

Gráfico 2.4.7 – Distribuição de frequência do RSPL anual^{4/}



4/ Os valores dentro das barras referem-se ao número de IFs com RSPL anual pertencente ao intervalo correspondente.

[Base de dados](#)

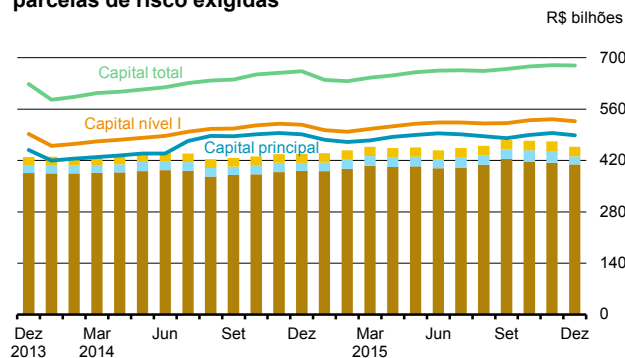
Para 2016, a perspectiva de baixo crescimento das concessões continuará a reduzir a participação do crédito na formação do resultado dos bancos. Assim, segue a tendência de maior contribuição das receitas de serviços, seguros e cartões na composição do lucro líquido. Além disso, ganhos com eficiência tendem a ser menores, uma vez que esforços nesse sentido já vêm sendo empreendidos há um bom tempo, e há esgotamento nesse resultado. A inadimplência mais elevada implicará maiores despesas com provisões, acarretando queda das margens líquidas de intermediação e crédito, pressionando a rentabilidade do sistema, especialmente nos bancos públicos, por carregarem em seus portfólios maior proporção de linhas de crédito de menor margem.

2.5 Solvência

A solvência do sistema bancário segue em patamar elevado no segundo semestre de 2015. Em termos agregados, o sistema apresenta capital suficiente para cobrir os riscos inerentes às suas atividades. Os índices de capital tanto dos bancos públicos quanto dos privados continuaram em patamares superiores aos dos requerimentos regulatórios, o que, associado à avaliação da RA^{47/}, confirmam a situação confortável de solvência do sistema.

47/ A Circular nº 3.748, de 2015, estabeleceu a remessa ao BCB de relatório detalhando as informações sobre a apuração da RA a partir de 1º de outubro de 2015, assim como a exigência de publicação no sítio da instituição na internet.

Gráfico 2.5.1 – Evolução dos níveis de capital e das parcelas de risco exigidas



Índice de capital principal								%
11,5	11,0	11,0	12,5	12,3	11,4	12,1	11,1	11,8
Índice de capital nível I								
12,6	12,1	12,2	13,1	13,0	12,2	12,9	12,1	12,7
Índice de capital total								
16,1	15,4	15,5	16,5	16,7	15,5	16,3	15,5	16,3

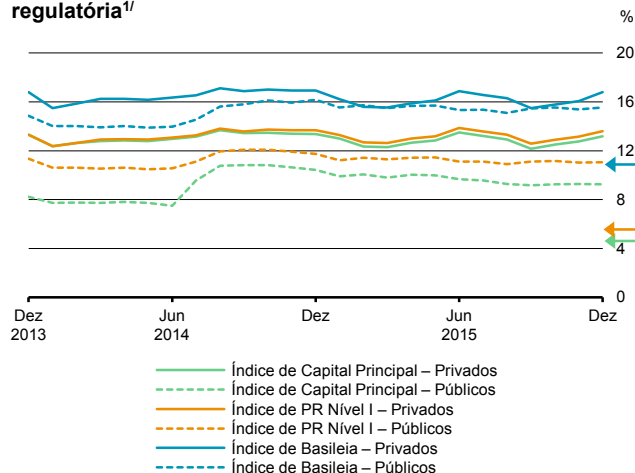
■ Capital total exigido para risco operacional
■ Capital total exigido para risco de mercado
■ Capital total exigido para risco de crédito

Base de dados

Em dezembro de 2015, o Índice de Basileia (IB) do sistema atingiu 16,3% (Gráfico 2.5.1), mesmo valor de junho de 2015. Os Índices de Capital Principal (ICP) e de Patrimônio de Referência Nível I (INI), por sua vez, apresentaram leve redução de 0,3 p.p. e 0,2 p.p., respectivamente, influenciados pelo efeito líquido no PR da constituição extraordinária de créditos tributários e provisões complementares⁴⁸ e por maiores perdas decorrentes de marcação a mercado de títulos disponíveis para venda. Mesmo com essa ligeira queda, tanto bancos públicos como privados seguem apresentando capital excedente em todas as exigências regulatórias, sendo que os privados apresentam capital principal, considerado de melhor qualidade, suficiente para superar os três requerimentos em vigor em dezembro de 2015 [4,5% de capital principal, 6,0% de nível I e 11% de capital total (% sobre os ativos ponderados pelo risco, correspondente a *Risk-weighted Assets* – RWA)] (Gráfico 2.5.2).

48/ Conforme seção 2.4, apesar de o reconhecimento extraordinário de créditos tributários decorrentes da majoração da alíquota de CSLL ter afetado positivamente o resultado contábil, as instituições financeiras constituíram provisões complementares preparando-se para cenários mais adversos. Com efeito, apesar de o lucro retido pelas instituições não ter sido afetado substancialmente pela medida, o montante superior de créditos tributários resultou em maiores ajustes prudenciais no capital principal e no aumento do total de ativos ponderados pelo risco.

Gráfico 2.5.2 – Índices de capitalização e exigência regulatória^{1/}



1/ As setas representam os requerimentos regulatórios para os diferentes níveis de capital. Desde janeiro de 2015, o requerimento de Nível I passou a ser de 6% ante 5,5%, que vigorou até dezembro de 2014.

Base de dados

O PR do sistema atingiu R\$679,2 bilhões em dezembro de 2015, aumento de 2,2% em relação a junho de 2015. Os principais movimentos responsáveis por sua elevação foram a incorporação de aproximadamente R\$15,1 bilhões em resultados retidos, elevações no capital complementar e no nível II, de R\$19,5 bilhões, decorrentes principalmente de novas emissões e do efeito líquido no PR da variação cambial de instrumentos emitidos em moeda estrangeira e seus respectivos *hedges*, e mudanças regulatórias promovidas pela Resolução nº 4.442, de 29 de outubro de 2015⁴⁹. Entre as razões que contribuíram para a redução do PR, destacaram-se o aumento do ajuste prudencial correspondente a créditos tributários e as maiores perdas decorrentes de marcação a mercado de títulos disponíveis para venda, conforme citado no parágrafo anterior.

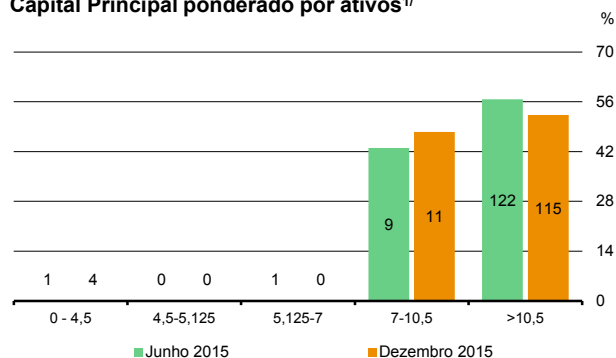
O RWA aumentou 2,1% no semestre, atingindo R\$4.158,2 bilhões em dezembro de 2015, influenciado pela variação cambial sobre operações no exterior sujeitas ao risco de crédito e pelo aumento na exposição ponderada de créditos tributários. Esses efeitos foram, em parte, atenuados pelas alterações normativas

49/ A Resolução nº 4.442, de 2015, promoveu aperfeiçoamentos pontuais na apuração do PR, detalhados na seção 5.3, com vistas à redução de assimetrias entre o arcabouço regulatório brasileiro e o padrão internacional. As alterações de maior impacto foram a exclusão de parte dos investimentos realizados por instituições financeiras em outras instituições financeiras das deduções incidentes sobre o capital regulamentar e a exclusão das perdas a amortizar em contratos de arrendamento mercantil financeiro do ajuste prudencial correspondente aos ativos diferidos.

promovidas pela Circular nº 3.770⁵⁰, de 29 de outubro de 2015. A parcela de risco operacional apresentou crescimento de 1,8%, e a de risco de mercado, impactada, principalmente, pela queda nas exposições sujeitas à variação de taxas de juros, de câmbio e de preços de *commodities*, teve queda de 6,6%.

A distribuição de frequência do cumprimento do ICP ponderado por ativos das instituições financeiras (Gráfico 2.5.3), embora evidencie recuo em relação a junho de 2015, revela que, exceto quatro instituições⁵¹ de baixa representatividade (0,24% do ativo total do sistema bancário), todas as demais apresentaram capital principal superior a 7% do RWA (valor requerido em 2019, considerando a parcela de conservação do ACP⁵²).

Gráfico 2.5.3 – Distribuição de frequência para o Índice de Capital Principal ponderado por ativos^{1/}



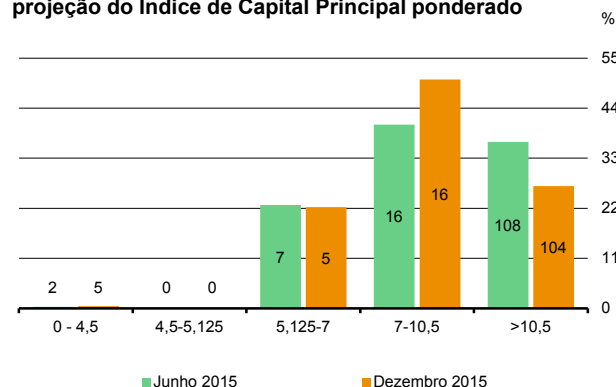
^{1/} Os valores dentro das barras referem-se ao número de IFs com Índice de Capital Principal pertencente àquele intervalo.

[Base de dados](#)

Ao simular a antecipação do cronograma de aplicação dos ajustes regulatórios de Basileia III, que se estende até 2019, sobre os dados de dezembro de 2015, o sistema continua apresentando capital suficiente para suportar os riscos assumidos. Em relação aos dados simulados em junho de 2015, evidencia-se redução de 0,3 p.p. no IB

projetado⁵³, para 12,5%. A necessidade total de capital das instituições que não atenderiam aos requerimentos mínimos atingiria 6,2% do PR do sistema⁵⁴, influenciada pela incorporação da exigência de ACP^{sistêmico} na metodologia de simulação⁵⁵ e pela elevação do estoque contábil de créditos tributários sujeitos ao cronograma de deduções. A distribuição de frequência para a projeção do ICP mostra estabilidade no patamar de capitalização das instituições financeiras (Gráfico 2.5.4).

Gráfico 2.5.4 – Distribuição de frequência para a projeção do Índice de Capital Principal ponderado



^{1/} Os valores dentro das barras referem-se ao número de IFs com Índice de Capital Principal pertencente àquele intervalo.

[Base de dados](#)

A análise da adequação das instituições financeiras em relação ao futuro requerimento regulatório de RA reforça a mensagem de solidez do sistema bancário (Gráfico 2.5.5). Verifica-se, pelas informações prestadas pelas instituições financeiras em atendimento à Circular nº 3.748, de 2015, que a RA atingiu 7,6% em dezembro de 2015 e 6,2% quando simulada a aplicação integral dos ajustes regulatórios de Basileia III, ambas muito acima da proposta de requerimento internacional em discussão (mínimo de 3%).

50/ A Circular nº 3.770, de 2015, alterou alguns procedimentos do cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada para risco de crédito, conforme seção 5.4. Os mais significativos foram a utilização do saldo devedor na apuração do LTV das exposições relativas a financiamentos para aquisição de imóvel residencial e a permissão para aplicação de Fator de Conversão de Crédito (FCC) de 50% na prestação de aval ou fiança em processos judiciais ou administrativos de natureza fiscal.

51/ Uma dessas instituições, o Banco Azteca do Brasil S.A., foi liquidado em 8.1.2016, conforme comunicação no sítio do BCB na referida data.

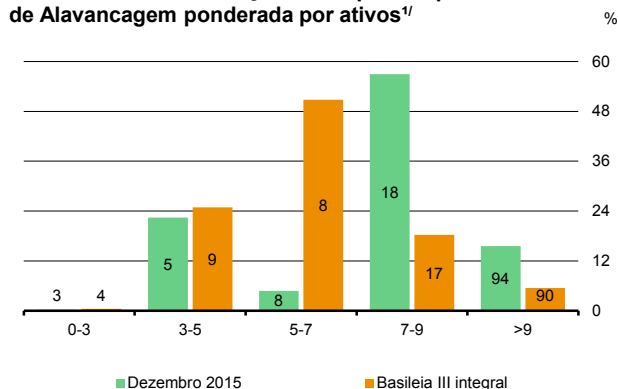
52/ Em continuidade ao processo de alinhamento do arcabouço regulatório ao padrão internacional, a Resolução nº 4.443, de 29 de outubro de 2015, estabeleceu os percentuais para o ACP, composto pelo ACP^{Conservação}, ACP^{Contracíclico} e ACP^{Sistêmico}. Conforme detalhado no box Adicional Contracíclico de Capital Principal, a Circular nº 3.769, de 29 de outubro de 2015, estabeleceu a metodologia de apuração dessa parcela e fixou em 0% o valor do percentual aplicável ao montante RWA relativo às exposições assumidas no Brasil (ACCP^{Brasil}).

53/ A partir da presente data, a simulação da plena implementação de Basileia III, além de refletir as mudanças regulatórias já mencionadas, passou a considerar: (i) o efeito do cronograma de deduções sobre o cálculo do excesso dos recursos aplicados no ativo permanente e (ii) o efeito do cronograma progressivo de elevação do FPR de determinadas exposições a risco de crédito.

54/ Em 2019, considera-se requerimento de 7% do RWA constituído sob a forma de capital principal, 8,5% do RWA constituído sob a forma de capital nível I e 10,5 do RWA sob a forma de PR, considerando o ACP^{Conservação}. A partir de dezembro de 2015, o cálculo da necessidade de capital passou a considerar (i) o cronograma de implementação do ACP^{sistêmico} para as instituições que, na referida data, se enquadram nos critérios da Circular nº 3.768, de 29 de outubro de 2015, e (ii) o capital para cobertura do risco das operações sujeitas à variação de taxas de juros, não classificadas na carteira de negociação, na forma da Resolução nº 3.464, de 26 de junho de 2007 (requerido pela Resolução nº 4.193, de 2013).

55/ Destaca-se que a maior parte da necessidade de capital projetada se dará no nível do ACP, cujo descumprimento impõe restrições relacionadas ao pagamento de remuneração variável e de dividendos e juros sobre o capital próprio, conforme Resolução nº 4.193, de 1º de março de 2013.

Gráfico 2.5.5 – Distribuição de frequência para a Razão de Alavancagem ponderada por ativos^{1/}

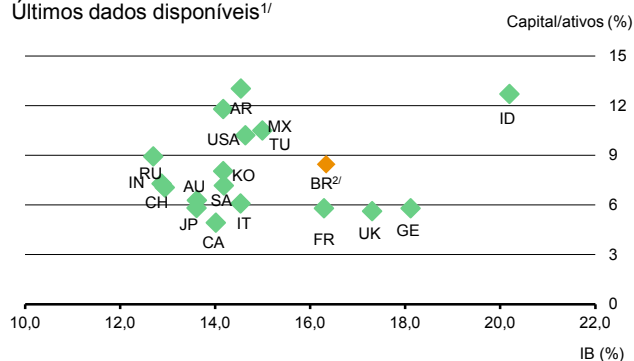


^{1/} Os valores dentro das barras referem-se ao número de IFs com Razão de Alavancagem pertencente àquele intervalo.

[Base de dados](#)

A percepção de solidez do sistema bancário é corroborada também quando se comparam métricas de solvência com outras jurisdições. Os indicadores nacionais, como o IB e a relação entre capital e ativos, esta uma medida simples de alavancagem, sugerem que o Brasil segue entre os países mais bem capitalizados ante os riscos assumidos (Gráfico 2.5.6).

Gráfico 2.5.6 – Capital/ativos e IB
Últimos dados disponíveis^{1/}



Fonte: FMI

^{1/} As siglas acima correspondem a: AR = Argentina; AU = Austrália; BR = Brasil; CA = Canadá; CH = China; FR = França; GE = Alemanha; ID = Indonésia; IN = Índia; IT = Itália; JP = Japão; KO = Coreia do Sul; MX = México; RU = Rússia; SA = África do Sul; TU = Turquia; UK = Reino Unido; e USA = Estados Unidos da América.

^{2/} As informações divergem dos dados encontrados em <<http://fsi.imf.org/Default.aspx>>, em razão de serem utilizados dados de dezembro de 2015 do BCB, ainda não disponíveis no sítio da instituição.

[Base de dados](#)

Assim, a solvência do sistema bancário permanece em patamar elevado, conforme indicam tanto os atuais patamares de capitalização quanto aqueles que levam em conta a plena implementação de Basileia III. Apesar da leve redução apresentada em algumas métricas entre junho e dezembro de 2015, a perspectiva de expansão mais lenta dos ativos ponderados pelo risco deve reduzir o consumo de capital nos próximos períodos, o que contribui para equilíbrio dos índices regulamentares em um cenário de menor rentabilidade.

2.6 Testes de estresse de capital^{56/}

Com a finalidade de mensurar a resistência, bem como a capacidade de absorção de perdas causadas por eventual materialização dos principais riscos a que o sistema bancário se encontra exposto, foram simulados choques extremos e adversos nas principais variáveis econômicas e financeiras.

Embora os efeitos não sejam homogêneos entre as instituições, e algumas apresentem desenquadramento em algum requerimento e/ou restrições na distribuição de lucros, como resultado das simulações, apesar do cenário macroeconômico mais severo, o elevado nível de provisionamento e a folga de capital proporcionam ao sistema adequada capacidade de suportar tanto os efeitos de choques decorrentes de cenários adversos por seis trimestres consecutivos quanto mudanças abruptas nas taxas de juros e de câmbio, na inadimplência, ou quedas generalizadas dos preços dos imóveis residenciais.

2.6.1 Análise de cenário – Testes de estresse nas condições macroeconômicas

A análise de cenário baseia-se na aplicação de um modelo estatístico que relaciona cenários macroeconômicos ao risco da carteira de crédito dos bancos. Nessa análise, para cada cenário, são projetados, para um horizonte de seis trimestres consecutivos, o crescimento e a inadimplência da carteira de crédito. Todos os cenários se fundamentam na projeção da atividade econômica, da inflação e das taxas de juros e de câmbio, além de choques externos medidos pelo prêmio de risco Brasil e pelos juros norte-americanos.

Na Tabela 2.6.1 podem ser observadas as variáveis que compõem cada cenário analisado: Cenário Base, Vetor Autorregressivo (VAR) Estressado, Quebra Estrutural e Pior Histórico. As inadimplências projetadas podem ser vistas no Gráfico 2.6.1.

O cenário VAR reflete um cenário hipotético de deterioração mais acentuada do que a atual para a conjuntura econômica no Brasil para todo o período de projeção (seis trimestres), caracterizado por redução da atividade econômica, aumento do desemprego,

^{56/} Para detalhes sobre o conceito de Testes de Estresse e a metodologia relacionada aos testes e cenários, ver o anexo Conceitos e Metodologias – Estresse de capital.

maior aversão dos investidores ao risco Brasil e cenário externo de normalização de políticas monetárias não convencionais nas economias avançadas.

Os resultados do cenário VAR Estressado revelam que a inadimplência projetada atingiria, em junho de 2017, o máximo de 7,1%, superando as provisões atualmente existentes em 1,33 p.p. Para o cenário de quebra estrutural, na mesma data, o máximo seria de 7,3%.

Tabela 2.6.1 – Cenários de estresse macroeconômico (junho de 2017)

Cenários	Dez 2015	Cenário base ^{1/}	Cenários adversos ^{3/}		
			VAR estressado ($\alpha = 5\%$)	Quebra estrutural	Pior histórico
Atividade econômica (IBC-Br)	-4,1%	-1,2%	-9,8%	-9,8%	-4,2%
Juros (Selic)	14,2%	13,2%	19,7%	27,1%	18,4%
Câmbio (R\$/US\$)	3,84	4,36	6,14	8,63	3,84
Inflação (IPCA)	10,2%	6,0%	12,7%	23,2%	18,6%
Desemprego (PME-IBGE)	8,2%	8,2%	15,4%	15,4%	12,8%
Prêmio de risco (EMBI+ Br) ^{2/}	455	455	455	455	991
Juros americanos (Treasury 10 anos)	2,2%	4,2%	5,7%	5,7%	1,8%

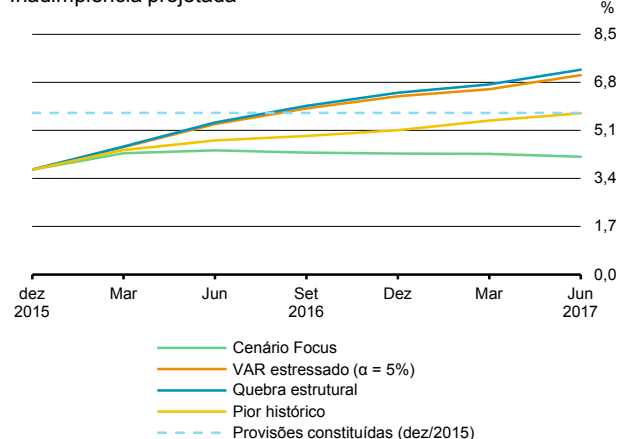
1\ As variáveis obtidas da pesquisa Focus são a previsão para o PIB, a Selic, o câmbio e a inflação. As demais variáveis são constantes por todo o período de projeção (exceto os juros americanos, que seguem trajetória semelhante à utilizada pelo *Federal Reserve* no *Dodd-Frank Act Stress Testing* (DFAST) 2015 para o cenário *baseline*).

2\ Para o VAR estressado e quebra estrutural, o prêmio de risco Brasil (EMBI+Br) máximo, igual a 910, é atingido em junho de 2016, retornando gradativamente ao valor inicial em junho de 2017.

3\ Os critérios de construção de cada cenário são descritos no anexo Conceitos e Metodologias – Estresse de capital.

Base de dados

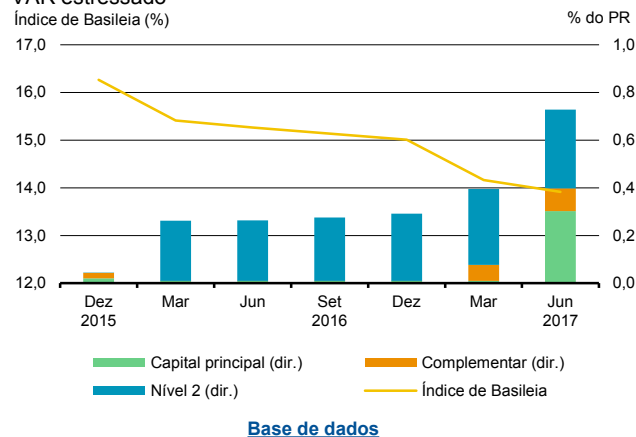
Gráfico 2.6.1 – Estresse macroeconômico
Inadimplência projetada



Base de dados

No cenário VAR Estressado, após seis trimestres de deterioração macroeconômica, a necessidade estimada de capitalização do sistema para evitar que uma instituição fique tanto desenquadrada⁵⁷ quanto limitada à distribuição de lucros seria de 0,73% do PR atual do sistema (Gráfico 2.6.2). Se forem considerados os efeitos das reestruturações de dívidas detalhadas na seção 2.3, a necessidade estimada de capitalização do sistema aumentaria para 1,08%.

Gráfico 2.6.2 – Necessidades de capital
VAR estressado

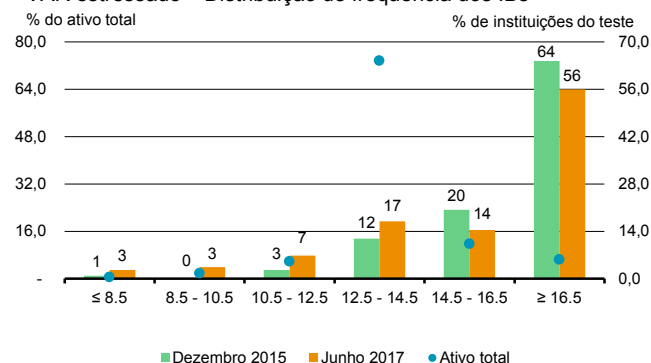


Base de dados

A necessidade de capital leva em consideração o excesso de provisionamento existente em relação aos créditos atrasados há mais de 90 dias. Esse excesso de provisão demonstra ser fator significativo na absorção dos choques.

A análise da dispersão dos IBs evidencia que a grande maioria das instituições continuaria apresentando índices de capitalização acima do mínimo regulamentar (10,5%). Esse grupo representa mais de 97% do ativo total do sistema (Gráfico 2.6.3).

Gráfico 2.6.3 – Estresse macroeconômico
VAR estressado – Distribuição de frequência dos IBs



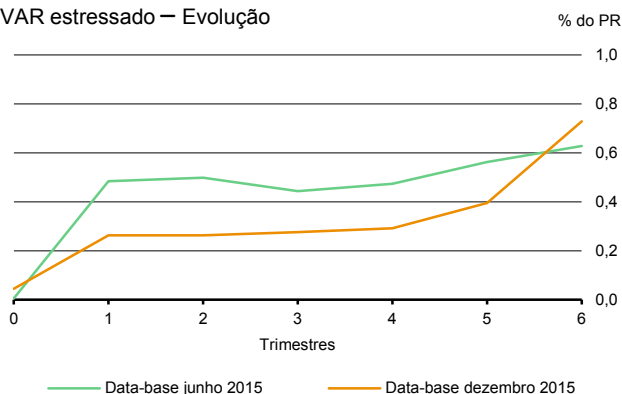
Base de dados

57/ Uma instituição é considerada desenquadrada se não atender a, pelo menos, um dos três índices de exigência de capital: Índice de Basileia (IB), Índice de Capital de nível I (IPR1) e Índice de Capital Principal (ICP).

Mudanças regulatórias⁵⁸ que aperfeiçoaram os procedimentos de cálculo do PR e do RWA associadas ao aumento de provisão durante o segundo semestre de 2015 compensaram um cenário de estresse mais severo em relação ao de junho de 2015 devido à percepção de um ambiente macroeconômico mais desfavorável⁵⁹. Com isso, a necessidade de capital, ao final de seis trimestres consecutivos, manteve-se em patamar semelhante à do teste anterior (Gráfico 2.6.4).

Gráfico 2.6.4 – Necessidades de capital

VAR estressado – Evolução



Base de dados

2.6.2 Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade consiste na aplicação de variações incrementais nas taxas de juros e de câmbio, de aumento da inadimplência e de redução nos preços de imóveis residenciais, com o objetivo de se medir o efeito isolado das alterações de cada uma dessas variáveis sobre o capital e os índices de capitalização dos bancos, mantendo-se os demais fatores de risco inalterados.

O teste de sensibilidade às taxas de câmbio revela que os impactos seriam desprezíveis para o sistema, devido, em grande parte, a uma regulação restritiva à exposição cambial. Esse resultado é corroborado pelos efeitos pouco relevantes que a desvalorização do real tem exercido sobre os índices de capital dos bancos.

O teste de sensibilidade de juros também revela que os impactos seriam irrelevantes para o sistema, o que é

condizente com a pouca exposição ao risco pré e com o uso disseminado de instrumentos de *hedge*.

O resultado dos testes de sensibilidade à materialização do risco de crédito, sumarizados no Gráfico 2.6.5, indica que, caso se repita a maior inadimplência já observada no sistema bancário brasileiro desde dezembro de 2000, próxima a 7%, a representatividade dos ativos das instituições bancárias desenquadradas ou com restrição de distribuição de lucros seria de 0,5% do total de ativos do sistema bancário.

Em situação de inadimplência extrema, próxima de 16,2%, as instituições desenquadradas ou com restrição de distribuição de lucros necessitariam de um aporte de capital de 7,9% do PR do sistema, para que se evitassem tais desenquadramentos e/ou restrições.

A simulação de reduções sequenciais nos preços de imóveis demonstrou que não há desenquadramentos e/ou restrição da distribuição de lucros em instituições para quedas nominais de até 35%, variação próxima à depreciação acumulada em três anos, ocorrida na última crise imobiliária norte-americana. Em relação à insolvência, seria necessária a queda de mais de 45% para que uma instituição ficasse com seu capital principal negativo. O Gráfico 2.6.6 detalha os resultados.

É importante mencionar que, em dezembro de 2015, o estoque da carteira de crédito imobiliário residencial apresentou *Loan to Value* (LTV) médio de 59,6%, considerando a atualização tanto do saldo devedor quanto do valor das garantias pelo Índice de Valores de Garantia de Imóveis Residenciais Financiados (IVG-R). Os critérios de concessão com baixos LTVs e, em sua maioria, com sistemas de amortização mais rápidos, que ampliam o desembolso do tomador nos meses iniciais após a contratação e, com isso, melhoram rapidamente o LTV da operação, contribuem para a capacidade do sistema de absorver choques de preços em cenários extremos.

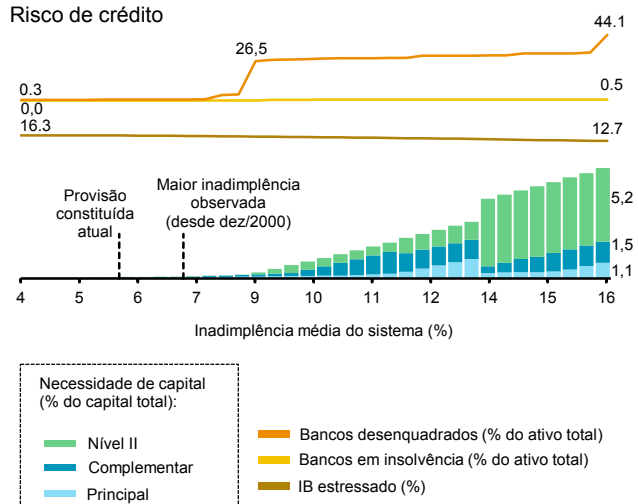
Ante o exposto, as análises de sensibilidade confirmam que o sistema bancário brasileiro apresenta elevada resistência, uma vez que necessidades relevantes de capital só se dariam em situações extremamente adversas.

58/ Detalhes na seção 2.5.

59/ Este resultado difere do publicado no REF anterior devido a mudanças metodológicas, notadamente, a limitação de constituição de novos créditos tributários e a correção cambial sobre os créditos concedidos no exterior. Para detalhes sobre o conceito de Testes de Estresse e a metodologia relacionada aos testes e cenários, ver o anexo Conceitos e Metodologias – Estresse de capital.

Gráfico 2.6.5 – Análise de sensibilidade

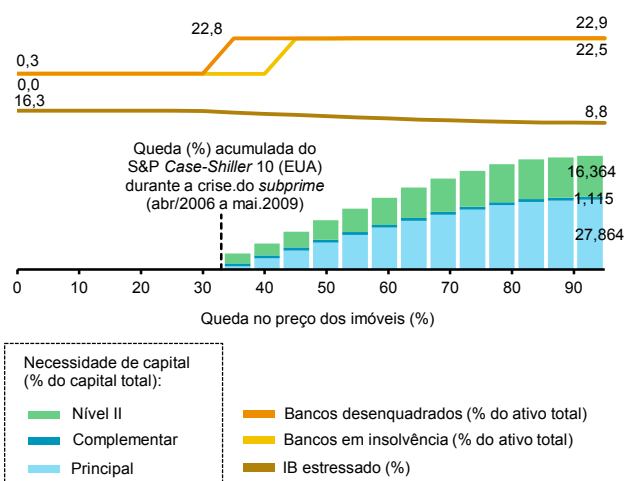
Risco de crédito



[Base de dados](#)

Gráfico 2.6.6 – Análise de sensibilidade

Risco de crédito imobiliário residencial



[Base de dados](#)